



Universidade De Brasília  
Instituto De Ciências Humanas  
Departamento De Geografia

Vinicius Sodré Maluly

**A rede urbana colonial de Goyaz:**  
feições e relações

Brasília (DF)  
Dezembro de 2014



Universidade De Brasília  
Instituto De Ciências Humanas  
Departamento De Geografia

Vinicius Sodré Maluly

## **A rede urbana colonial de Goyaz: feições e relações**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Brasília (DF)  
Dezembro de 2014





Vinicius Sodré Maluly

**A REDE URBANA COLONIAL DE GOYAZ:  
feições e relações**

Monografia apresentada ao Departamento de  
Geografia da Universidade de Brasília como  
requisito parcial para obtenção do grau de  
Bacharel em Geografia.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa – GEA / UnB

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marília Steinberger – GEA / UnB

---

Prof. Dr. Adriano Bittencourt Andrade – CMB / UFBA

Aprovado em: \_\_\_\_/12/2014

Brasília, \_\_\_\_ de Dezembro de 2014.

## **Agradecimentos**

Ao professor Everaldo, pela orientação, dedicação e paciência que se mostrou necessária desde a concepção até a finalização deste trabalho;

À professora Marília, pelas conversas, ensinamentos e apoio durante boa parte da graduação, tanto em sala de aula quanto fora;

À minha família, pela extrema paciência que se fez imprescindível durante as alongadas horas de trabalho, à minha irmã Marjorie pelo carinho e pela estima e ao meu irmão Gustavo que tanto me acompanhou em visitas a cidades históricas goianas;

Aos meus amigos, pela curiosidade demonstrada referente ao tema e pelas críticas (e correções muitas) que, sem elas, de nada seria este trabalho;

Aos meus caros colegas de curso que tanto me incentivaram e apoiaram, especialmente nos últimos semestres que se revelaram, estes, de extrema dificuldade;

Aos demais professores da Universidade de Brasília que também foram responsáveis, aos seus modos específicos, pela construção acadêmica vital à pesquisa e à graduação como um todo;

Aos meus pais, Maris Stella e Willians, pelo fomento ao conhecimento, incentivo à leitura, apoio irrestrito e educação primordial que me foi dada. Sem estes, nada seria de mim;

Aos pensadores vários que me acompanharam durante esta jornada e que vão continuar ao meu lado até meus últimos dias.

## **A rede urbana colonial de Goyaz: feições e relações**

**Resumo:** tratar da urbanização goiana durante o século XVIII, ressaltando suas características principais e seu desenrolar último, deixa de pertencer apenas ao discurso historiográfico a partir do momento em que se inclui a questão territorial como conceito preponderante na referida análise. Assim, através da leitura geohistórica, a pesquisa pode encaminhar-se a rumos ainda não percorridos pelo recontar da história colonial brasileira, tornando-se possível transcender ao aspecto do *reconstruir* da colônia. Objetiva-se, aliando-se o embasamento histórico com a análise geográfica uma melhor compreensão sobre os resultados territoriais inflingidos ao Planalto Central através da busca incessante pelo ouro. Buscar-se-á apreender, a partir da cartografia histórica e da pesquisa bibliográfica específica, os principais motivos de impulsão à *empresa* mineira, o seu desenvolvimento e complexificação em solo goiano na forma de uma rede colonial e os seus resultados finais quanto à urbanização deixada como legado.

**Palavras-chave:** século XVIII, narrativa geohistórica, mineração goiana, rede colonial.

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1 JUSTIFICATIVA .....	2
1.2 OBJETIVO PRINCIPAL .....	3
1.3 OBJETIVOS SECUNDÁRIOS .....	3
1.4 HIPÓTESE .....	3
1.5 MÉTODOS .....	3
1.5.2 ANÁLISE DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS .....	4
1.5.3 CONFECÇÃO DE GRÁFICOS .....	4
<b>2. A NARRATIVA GEOHISTÓRICA PERMEANDO O ACONTECER URBANO .....</b>	<b>5</b>
<b>3. AS ESTRUTURAS AÇUCAREIRAS .....</b>	<b>12</b>
<b>4. INÍCIO DA FORMAÇÃO URBANA EM GOYAZ .....</b>	<b>28</b>
<b>5. DESENVOLVIMENTO DO APARATO URBANO-BUROCRÁTICO MINERADOR: A COROA, A IGREJA E AS ESTRADAS .....</b>	<b>46</b>
<b>6. A DECADÊNCIA AURÍFERA E SEUS IMPACTOS SOCIOESPACIAIS .....</b>	<b>63</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>75</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>77</b>
8.1 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA .....	81

## Sumário de Figuras

<b>Figuras</b>	<b>Legenda</b>	<b>Página</b>
1	Mapa da região do Pau Brasil	13
2	Tela "Fundação de São Vicente"	15
3	Mapa das Capitanias Hereditárias	16
4	Mapa da região da cana-de-açúcar	21
5	Mapa da penetração pecuária no Nordeste colonial	25
6	Mapa da região do gado	27
7	Mapa da Terra Firme, do Peru, do Brasil e dos Países das Amazônias	30
8	Mapa das partes desconhecidas do Brasil	31
9	Mapa sobre a presença jesuítica no Brasil central	32/33
10	Iconografia a respeito da distribuição das aldeias indígenas	35
11	Nova e precisa tábula de todo Brasil	36
12	Ilustração referente à localização de Vila Boa de Goiás	39
13	Ilustração sobre o Rio Vermelho	41
14	Planta de Meia Ponte	44
15	Ilustração de Meia Ponte do século XVIII	44
16	Mapa de Goyaz	50
17	Mapa do Brasil no século XIX	53
18	Mapa sobre os Registros de Goyaz	57
19	Mapa da Capitania de Goyaz e suas estradas	62
20	Ilustração da paisagem de Vila Boa de Goyaz	67
21	Plano urbano de Vila Boa em 1770	68
22	Plano urbano de Vila Boa em 1782	69

## Sumário de Gráficos

<b>Figuras</b>	<b>Legenda</b>	<b>Página</b>
1	Extração do Ouro em kg das décadas de 1750 a 80, segundo Bertran	63
2	Relação de negros livres x negros escravos em 1745 e 1804, segundo Palacín e Moraes	66
3	Composição social da população livre em 1804, segundo Palacín e Moraes	66

## 1. INTRODUÇÃO

Tratar do surgimento da malha urbana goiana no século XVIII torna-se tarefa ampla e exigente de uma atenção historiográfica e uma visão geográfica que possam recontar a história do território de forma a debater a existência de uma rede consolidada na região. Assim, há um processo de reconstrução do Brasil colonial paralelamente a uma desmistificação de determinados fatos e valores pertencentes a uma história não-própria à linguagem e métodos geográficos. Reinterpreta-se o século dourado em Goyaz a partir de um enfoque estrutural, gradual e multifacetado, não buscando exaurir certos temas, mas sim em aprofundá-los através dessa perspectiva. Para a pesquisa geohistórica não são as respostas o objetivo central, mas a construção narrativa desdobrada a partir das questões colocadas em primeiro plano.

A análise proposta e seus limites temporais (em grande parte, todo o século XVIII) surge a partir de uma necessidade de recontar a história goiana a partir de um viés histórico-geográfico. Existem grandes lacunas quanto à formação total da vida urbana no Planalto Central e suas relações com as outras esferas de vida ao seu redor (como a produção agropecuária, o aprofundamento do aparato burocrático-administrativo e a base natural que oferece as possibilidades de construção dos aglomerados urbanos mineradores), havendo menor esclarecimento histórico se comparado com os estudos de outras áreas urbanas coloniais, como as que se referem ao Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, São Paulo, entre outros.

Existe, em consequência à pesquisa a ser desenvolvida, maior chance de compreensão de como se deu a interiorização do Brasil colônia a partir da extração aurífera e como foram sendo moldadas as fronteiras ao oeste, cada vez mais aprofundadas com o aumento da atividade mineradora. Toda uma infraestrutura foi sendo desenvolvida com fluxos cada vez maiores de pessoas em busca das riquezas naturais interioranas e, assim, uma gama cada vez maior de estradas, aglomerados urbanos, postos de fiscalização da Coroa, igrejas, entre outros, foram sendo erigidos caracterizando a região até fins do século XVIII. A essencialidade está em dar enfoque ao *movimento* e às suas consequências para que se recontem a história de forma a complementar as narrativas historiográficas desenvolvidas ao longo do século XX.

Seguindo uma base metodológica geográfica com *preocupações* históricas, o trabalho estrutura-se da seguinte maneira: um primeiro esclarecimento metodológico quanto à narrativa geohistórica e suas fundamentações urbanísticas, aplicando-as à situação colonial em que buscamos trabalhar, especialmente à condição histórica apresentada no século XVIII brasileiro. A seguir, desenvolve-se uma breve contextualização socioeconômica referente aos séculos anteriores ao da mineração, efetivamente o século XVI e XVII, ou o primeiro e segundo século da colônia, dando enfoque central à produção e estruturação fundamental à atividade açucareira predominante. O terceiro tema parte da contextualização histórica para uma narrativa concentrada em compreender a espacialização primeira em Goyaz a partir do ouro. Suas infraestruturas, seus componentes sociais, suas feições típicas e implicações para a região como um todo, formando-se uma incipiente rede. Alcança-se, por continuidade, o estágio de aprofundamento do aparato urbano-burocrático da mineração, consolidando-se como quarto tema da pesquisa, e que tem como objetivo compreender a evolução das estruturas socioespaciais goianas ao longo dos anos a partir da ação da Coroa e da Igreja. Por último, busca-se visualizar a desarticulação do Espaço a partir do fim da mineração aurífera, em fins do século XVIII e início do XIX, explicitando a relação de extrema dependência existente entre a urbanização e o ouro abundante.

Busca-se adaptar tal quadro, adequado ao processo mental geográfico e ao contexto histórico sugerido, de forma a adicionar, à pesquisa sobre Goyaz e seus impactos na formação espacial brasileira como um todo, uma discussão rica e reflexiva.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

O presente projeto foi idealizado na tentativa de ajudar a preencher um vazio que parece evidenciar-se no estudo da história brasileira: a própria história de Goiás, e no caso deste trabalho, da origem das ocupações urbanas nesta região, com enfoque nas formações urbanas que deram origem a um patrimônio duradouro.

Assim, a junção do material teórico trabalhado há anos pela historiografia tradicional com conceitos geohistóricos de novo impacto poderá vir a complementar a história goiana e a enriquecer o nosso conhecimento sobre a mesma, deixando

legado tanto para o âmbito universitário quanto para o regional, reforçando o papel do pesquisador como colaborador social e, antes de tudo, crítico tenaz.

## 1.2 OBJETIVO PRINCIPAL

- *Analisar* a existência da rede urbana colonial goiana e buscar visualizar suas principais feições e relações.

## 1.3 OBJETIVOS SECUNDÁRIOS

- Elucidar as motivações dadas ao início da fase mineradora, promovendo a interiorização do Brasil;
- Elencar as principais características socioterritoriais que levaram a ocupação e extração na região do que seria, futuramente, a Capitania de Goyaz;
- Provocar uma discussão crítica com referência a documentos histórico-cartográficos;
- Fomentar uma solidez interpretativa referente à formação de uma rede colonial goiana.

## 1.4 HIPÓTESE

Apesar dos entendimentos historiográficos tradicionais contrários, a Capitania de Goyaz apresentou, ao longo do século XVIII, características de uma rede que ocupava posição estratégica no território brasileiro, tanto em termos políticos quanto comerciais.

## 1.5 MÉTODOS

### 1.5.1 Pesquisa bibliográfica

Para que se possa alcançar o objetivo geral deste projeto, *analisar* se houve a existência de uma rede colonial goiana e, em caso afirmativo, buscar visualizar suas



principais feições e relações, serão utilizados procedimentos metodológicos e materiais históricos apropriados.

Alguns dos fatores constitutivos dos principais aglomerados urbanos goianos setecentistas serão apreendidos e analisados através de um estudo que possa trazer à luz o que se faz necessário para o cumprimento do objetivo geral e dos objetivos secundários do projeto. Assim, haverá um levantamento bibliográfico rigoroso e dinâmico, composto por diversos autores de áreas distintas (mas contíguas), que servirá de fundamento-base para as interpretações que seguirão.

Como se poderá verificar na bibliografia apresentada, serão essenciais os historiadores e geógrafos, mas serão também utilizados outros conhecimentos de outras áreas que possam servir ao interesse específico, como o urbanismo e o amplo leque das ciências sociais. Com isso, o projeto trará um diversificado aporte bibliográfico que espera-se ser suficiente para debater as questões que serão levantadas no transcorrer da pesquisa.

#### 1.5.2 Análise de documentos históricos

Haverá, concomitantemente ao recurso bibliográfico, visitas a alguns dos principais acervos de documentos históricos, incluindo-se os virtuais, trabalhando-se principalmente com a coleta de informações no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na Universidade de Brasília e na coleção cartográfica de David Rumsey.

#### 1.5.3 Confecção de gráficos

Serão produzidos alguns gráficos com o intuito de expor, didaticamente, informações colhidas na bibliografia consultada e nos relatos de viajantes.

## 2. A NARRATIVA GEOHISTÓRICA PERMEANDO O ACONTECER URBANO E SEUS DESDOBRAMENTOS

A urbanização goiana do século XVIII, dada a partir da atividade de extração aurífera intensa, característica do período, teve aspectos históricos e geográficos únicos, delineados a partir de um movimento amplo e volátil resultado de inúmeros fatores socioespaciais. Tal movimento se torna, ao mesmo tempo, causa e produto da narrativa geohistórica que permeia todo desenvolvimento urbano e, através das concepções histórico-geográficas, pode-se analisar toda estrutura setecentista goiana de forma a compreender o entrelaçamento entre os agentes envolvidos e o espaço do Brasil Colônia. A Geohistória se porta, assim, como meio essencial para a análise proposta, através da definição de Fochler-Hauke (1974, p. 19-21):

Se puede llamar brevemente a la geografía histórica como la disciplina que investiga, describe y explica las condiciones geográficas de los países, paisajes y pueblos de los tiempos pasados. (...) Todos los acontecimientos históricos necesitan un escenario para desarrollarse, y por eso la historia no puede hacer caso omiso de la geografía que es la ciencia que investiga a este escenario, es decir la superficie terrestre. En el mismo sentido se puede decir que la geografía no puede investigar a una determinada región geográfica influida ya por la actividad humana, sin conocer los hechos políticos y culturales del pasado, puesto que el paisaje cultural es una región "humanizada", formado no sólo por los fenómenos naturales en sentido estricto, sino además por los elementos culturales que han actuado sobre la superficies em cuestión.<sup>1</sup>

Houve a fundação de diversos núcleos urbanos na Capitania de Goyaz originando-se a partir da atividade mineradora mas, se há uma análise historiográfica suficiente sobre os pontos de maior relevância nesse processo de desenvolvimento urbano colonial, ainda restam pendentes estudos que visam compreender o movimento total engendrado nessa construção num aspecto horizontal. Se existiu uma *conquista e valorização colonial do espaço* (MORAES, 2000), isto não se deu a partir de uma única personagem e nem em um determinado

---

<sup>1</sup> "Pode-se chamar, brevemente, a Geografia Histórica como a disciplina que investiga, descreve e explica as condições geográficas dos países, paisagens e povos dos tempos passados (...) Todos os acontecimentos históricos necessitam de um cenário para desenvolver-se e, por isso, a história não pode fazer caso omissa da Geografia que é a ciência que investiga a tal cenário, ou melhor, a superfície terrestre. Nesse sentido se pode dizer que a Geografia não pode investigar a uma determinada região geográfica influenciada pela atividade humana sem conhecer os feitos políticos e culturais do passado, posto que a paisagem cultural é uma região "humanizada", formada não apenas pelos fenômenos naturais em sentido estrito, se não também pelos elementos culturais que têm atuado sobre as superfícies em questão." [Tradução livre do autor]

momento passivo de ser definido e enquadrado de forma a isolá-lo do restante dos processos históricos concomitantes. O movimento social aplicado ao espaço existe e deve ser objeto central de qualquer narrativa que busque esclarecer determinada fase histórica, seja essa qual for.

Para tanto, tal releitura deve vir acompanhada de uma "sensibilidade geográfica" que vem a enriquecer e lançar luz ao discurso historiográfico, produzindo uma complementaridade aos estudos científicos previamente produzidos em temas contíguos. Surge uma conexão entre "fenômenos imateriais" históricos e "objetos materiais" geográficos, amalgamando-se em algo distinto e que pode vir a fornecer um renovado viés científico ainda a ser explorado (PHILO, 1995, p. 274-277).

Em Braudel<sup>2</sup> (1970, p. 25-27) pode-se encontrar definição metodológica central para compor a narrativa geohistórica:

La vida, la historia del mundo, todas las historias particulares se nos presentan bajo la forma de una serie de acontecimientos: entiéndase, de actos siempre dramáticos y breves. Una batalla, un encuentro de hombres de Estado, un importante discurso, una carta fundamental, son instantaneas de la historia. (...) Nuestra labor consiste precisamente en sobrepasar este primer margen de la historia. Hay que abordar, *en sí mismas y para sí mismas*, las realidades sociales. Entiendo por realidades sociales todas las formas amplias de la vida colectiva: las economías, las instituciones, las arquitecturas sociales y, por último (y sobre todo), las civilizaciones; realidades todas ellas que los historiadores de ayer no han, ciertamente, ignorado, pero que, salvo excepcionales precursores, han considerado con excesiva frecuencia como tela de fondo, dispuesta tan sólo para explicar – como si se quisiera explicar – las obras de individuos excepcionales, en torno a quienes se mueve el historiador con soltura.<sup>3</sup>

Propõe-se, em suma, uma história de *longue durée* (BRAUDEL, 1970), que busque compreender não apenas os sobressaltos históricos, mas sobretudo o seu

---

<sup>2</sup> Fernand Braudel (1902-1985) foi um historiador francês que liderou a Escola dos *Annales*, provinda do periódico acadêmico *Annales d'histoire économique et sociale*.

<sup>3</sup> "A vida, a história do mundo, todas as histórias particulares se nos apresentam na forma de uma série de acontecimentos: entende-se, de atos sempre dramáticos e breves. Uma batalha, um encontro de homens de um Estado, um importante discurso, uma carta fundamental, são instantes da história. (...) Nosso trabalho consiste precisamente em sobrepassar esta primeira margem da história. Deve-se abordar, *em si mesmas e para si mesmas*, as realidades sociais. Entendo por realidades sociais todas as formas amplas da vida coletiva: as economias, as instituições, as arquiteturas sociais e, por último (e sobretudo), as civilizações; realidades todas essas que os historiadores de ontem não têm, certamente, ignorado, mas que, salvo excepcionais precursores, têm considerado com excessiva frequência como tela de fundo, disposta tão apenas para explicar - como se se quisera explicar - as obras de indivíduos excepcionais, em torno a qual se move o historiador com desenvoltura." [Tradução livre do autor]

desenrolar natural e paulatino, multipolarizado, espacial, social, crítico e não-próprio ao acontecimento, mas de seu propulsor primeiro: uma Geohistória do *acontecer*<sup>4</sup>.

Aprofundando-se a questão, deve-se buscar os indícios que possam levar ao entendimento de que a produção dos aglomerados urbanos setecentistas não se deu de forma aleatória e desordenada, sem qualquer interação vital entre eles. Um levantamento urbanístico do espaço colonial goiano deve visualizar os motivos centrais que nortearam a busca implacável pelo ouro, o desbravamento da *hinterlândia*<sup>5</sup> brasileira e o assentamento de determinados núcleos sociais que se arranjaram segundo uma forma urbana específica de *rede*.

Aqui devemos colocar à luz a interlocução teórica dada entre os conceitos geográficos de *região* e o de *rede*, pois o debate proposto não pode ser posto à margem de teorizações tão profícuas e caras ao pensamento geográfico. Apoiando-se em Moreira (2007, p. 57-58), trabalha-se uma conceituação de rede que tem origens históricas explícitas, por mais que tenha sido valorado academicamente como diretriz conceitual há menos tempo. O acontecer urbano está fortemente vinculado ao surgimento de uma rede e, num escopo maior e em busca de homogeneizações, à caracterização de uma região. O desenvolvimento de centros urbanos, ligados a atividades voltadas ao comércio e coadunados a uma crescente mobilidade espacial promove um surgimento primitivo de uma rede que vem a alterar, lentamente, o espaço<sup>6</sup> provocando uma, cada vez maior, fluidez entre determinados nódulos. Assim, a estruturação de estradas e caminhos devido à atividade mineradora, em pleno século XVIII, caracterizará uma primitiva (mas impactante) rede urbana que fomentará uma mais branda noção de *região goiana*, mais tarde traduzida em fontes cartográficas e identidades locais. Tal região estará sempre destinada ao *devenir*, moldada a cada instante pelo *movimento* dos agentes

---

<sup>4</sup> A postura que aqui se tenta privilegiar é a de tratar do fenômeno não de forma extrínseca, alienada, verticalizada, estática, mas sim enquanto processo dialético *construído* segundo o contexto histórico. O objeto da análise proposta não reside em descrever a urbanização goiana, mas sim em reconsiderar o caminho por ela percorrida com atenção ao movimento socioespacial engendrado. Não é visado o "acontecimento" urbano (enquanto forma acabada), mas sim seu "acontecer" (enquanto *devenir*). (HEGEL, 2013)

<sup>5</sup> Segundo o "Webster's Universal College Dictionary", *hinterland* define-se como: **1.** as partes mais remotas ou menos desenvolvidas de um país [back country]; **2.** as terras localizadas atrás de uma região costeira. [Tradução livre do autor]

<sup>6</sup> Moreira (2007, p. 57-58) diferencia explicitamente a relação espaço — rede: em tempos de civilizações mais remotas, como o é o caso da Capitania de Goyaz, a rede vem a alterar o espaço de forma primitiva e limitada; a radicalização deste pensamento dá-se nos tempos globalizados de hoje ao visualizarmos não mais uma(s) rede(s) no espaço, mas o espaço em forma de rede.

sociais e nunca fixada em limites físicos rígidos e obsoletos, fortemente caracterizada pela funcionalização das cidades e pela simbiose entre homem e ambiente, verdadeiramente política em seu âmago (LACOSTE, 1993).

Segundo George (1986, p. 96-97), a *função* das cidades é análise própria da Geografia e, portanto, uma narrativa geográfica deve buscar compreender a *função* de uma cidade em comparação com as vizinhas, formando uma rede de interrelações características dadas a partir das atividades desenvolvidas entre elas, sejam atividades de cunho comercial, político ou de qualquer outra ordem. Costa e Scarlato (2009, p. 16) trazem definição apropriada para a função adotada pelas cidades coloniais produzidas a partir do movimento minerador:

Produce-se um espaço, ligado à trama da empresa mineradora, que não se desvincula de instâncias sociais, econômicas, culturais e ideológicas ao longo do tempo, ou seja, os conjuntos urbanos da zona do ouro e dos diamantes, e mesmo os do litoral nordestino, constituem-se em formas pretéritas que surgem com determinadas funções e que, ao longo dos séculos, adquirem novos conteúdos e usos. Isso representa a valorização do espaço pelas diferentes formas de trabalho humano, dada a evolução da sociedade que vê, na atualidade, a valorização simbólica como um adendo para a valorização econômica dos objetos culturais.

Ao longo do desenrolar deste estudo, buscar-se-á visualizar os fatores constitutivos centrais do meio urbano goiano e verificar se houve ou não a formação de uma rede colonial na Capitania de Goyaz durante o século XVIII. Para que tal proposta seja suficientemente atingida, torna-se vital vislumbrar a magnitude que o comércio aurífero teve para a história goiana, para a colônia como um todo e tendo desdobramentos de grande proporção atingindo até a metrópole portuguesa, então dependente da importação do ouro brasileiro.

Aqui, torna-se oportuno trazer alguma discussão relacionada à simbologia e ao imaginário criado a partir e em torno do ouro, onde podemos identificar uma importância similar atribuída ainda nos tempos de Colombo, tratada por Baschet<sup>7</sup> (2011) de forma singular. A economia aurífera estaria diretamente vinculada à necessidade de expansão da evangelização cristã pelo Novo Mundo, de acordo com um projeto de colonização estabelecido pelos impérios ibéricos: um representaria a simbologia material (o ouro) e o outro a espiritualidade da questão (a evangelização). Tratando das raízes fenomenológicas desse projeto político dual, o

---

<sup>7</sup> Jérôme Baschet é um historiador francês especializado em história medieval, professor da *L'École des Hautes Études en Sciences Sociales*.

autor trata de esclarecer a representação que o ouro teria para os homens das grandes expedições do século XV:

(...) Mais largamente, seria preciso se perguntar o que o ouro representava para os homens desse tempo e deixar de considerar evidente que ele não poderia significar nada além do que ele é para nós: um equivalente monetário, uma riqueza material, um capital a entesourar ou a investir. Na Idade Média e no século XVI, é verdade, o ouro é também um metal dotado de um valor extremo e, secundariamente, de um uso monetário. Mas sua significação é certamente muito mais distante daquela época de que ele é revestido hoje do que nós poderíamos imaginar. O ouro dos conquistadores raramente é entesourado, sendo, antes, objeto de atitudes dispendiosas, estranhas à mentalidade contemporânea. Muito mais do que um elemento de riqueza que vale por si mesmo, ele parece ser um signo e uma ocasião de prestígio. (...) Assim, o ouro significa menos um valor econômico do que um estatuto social. Além disso, ele não é apenas uma realidade material, tão importante são as virtudes mágicas e o simbolismo espiritual que lhe são agregados. (BASCHET, 2011, p. 29-30)

Não pode-se ignorar a similaridade com que se tratava o ouro, tanto no século XV, quanto no século XVIII, assim como a sua duplicidade junto aos projetos evangelizadores, formando um verdadeiro motor de colonização que se manteria em vigor pleno por ainda alguns séculos. A representatividade espiritual da Igreja e da simbologia aurífera, como uma quase-emancipação mística do homem, estariam também presentes na mentalidade do minerador que se arriscava pelas terras ocultas brasileiras, a enfrentar obstáculos naturais, fadiga extrema e agrupamentos indígenas de grave ameaça. O ouro não significava apenas riqueza material, mas *algo a mais* que podemos apenas especular, mas nunca definir de forma rigorosa e concreta. E apenas nos dias de hoje, com uma releitura cuidadosa, é que podemos identificar que ao ouro pertencia uma singularidade que ia além do valor simbólico apoderável por um ou alguns indivíduos; cabia-lhe um papel único na história brasileira, ao dar impulso a uma urbanização proeminente em terras ainda intocadas pelas ocupações colonizadoras, formando feições características e limites territoriais que hoje definem nosso próprio país.

O século XVIII, de máxima extração aurífera nas capitanias da *hinterlândia* brasileira, está, pois, na espinha dorsal da própria história do Brasil e, como afirma Fausto<sup>8</sup> (2006, p. 99), gerou uma articulação entre áreas distantes da colônia, fato este que será posteriormente esclarecido. Muito tem-se discutido com relação à

---

<sup>8</sup> Boris Fausto (1930-atualidade) é um historiador brasileiro e foi professor do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo.

urbanização brasileira e as cidades fundadas a partir da *empresa* mineira (COSTA, 2009, p. 92) estão no centro do debate que gira em torno da existência de uma urbanização colonial no Brasil. Segundo Geiger (1963, p. 64-65), houve a proliferação do conceito de “antiurbanismo” colonial defendendo-se que o fato urbano brasileiro se deu somente após o início da era republicana, mas que a própria malha urbana criada junto às cidades mineradoras demonstrou que a urbanização não se desvincula de suas raízes históricas. Assim, cidades brasileiras que ainda são da maior importância para o país (como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, entre outras) surgem durante a época colonial e reforçam a tese de que houve urbanismo colonial e que o seu entendimento se faz vital para compreendermos o desenrolar do meio urbano brasileiro.

O debate proposto gira em torno de conceitos sensíveis que podem suscitar discussões extensas quanto aos limites e aplicabilidade de tais proposições centrais, como o próprio termo cidade. Serra<sup>9</sup> (1987, p. 11), após uma extensa análise sobre o conceito de cidade em autores como Sorre, George, Weber, Mumford, Castells, encontra o seguinte horizonte de entendimento em relação ao tema:

Apesar da grande diversidade de conceitos, é possível identificar a constância com que certas categorias comparecem. As noções de espaço, aglomeração, tamanho, densidade, excedentes agrícolas, emprego não-agrícola, poder e símbolo estabelecem um contorno para o conceito de urbano e de cidade. (...) a cidade e o urbano serão entendidos como referindo-se às aglomerações de adaptações do espaço.

O espaço, surgindo como aparato natural para o desenvolvimento dos aglomerados urbanos, vem refletir os aspectos geográficos de valor nuclear para a compreensão do *acontecer* urbano. O território, como apropriação do espaço pelo trabalho humano<sup>10</sup>, como relação espaço/sociedade, forma-se de acordo com as necessidades humanas e com os limites naturais impostos, criando-se feições culturais e sociais que vão caracterizar, em último, o que temos por cidade e seus contornos (MORAES, 2000, p. 17; SERRA, 1987, p. 39-40). A esta concepção de

---

<sup>9</sup> Geraldo Gomes Serra é um Arquiteta-Urbanista brasileiro, professor titular da Universidade de São Paulo e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da USP (NUTAU).

<sup>10</sup> "O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem — quaisquer que sejam as formas de sociedade —, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana." (MARX, K., p. 64-65, 2014)

território pode-se adicionar uma noção de território como a produção (e rebatimento espacial) de fronteiras, limites, "internalidades e externalidades", diferenciações, personalizações, ..., havendo uma clara aplicabilidade ao estudo de caso (DELANEY, 2005, p. 14). Definiu-se, em alguma coletânea de momentos históricos, uma separação entre litoral e interior, uma estruturação da Capitania de Goyaz, a fundação de um arraial, a construção de uma igreja, ..., e isto não foi auferido sem impactos ao solo e à civilização brasileira. São essas nuances que um estudo histórico-geográfico deve vir a perceber: a territorialização engendrada majoritariamente pela economia aurífera e a sua própria desterritorialização parcial dada, também, a partir de movimentos socioeconômicos. Os agentes envolvidos abarcam uma centralidade estratégica ao estudo proposto e a população gerada em torno dos objetos geográficos realiza-se nessa confluência de fatores externos e internos, móveis e fixos, "materiais e imateriais" que resultarão numa demografia geohistórica complexa e rica.

O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 17-18)

Assim, o debate conceitual está imerso em aspectos geográficos essenciais, como território, espaço, rede, região, entre outros. Aliando-se o tema aos aspectos culturais e sociais do fato histórico, surge a narrativa geohistórica como alicerce de toda discussão desenvolvida.

Goyaz, inserido no meio de toda trama mineradora, vai refletir todos os aspectos histórico-geográficos atribuídos a essa atividade comercial e aos seus reflexos socioespaciais, mas à sua maneira particular e com seus próprios contornos. Por mais que os estudos sobre a urbanização do século XVIII tratem, em grande parte, das Minas Gerais e de sua polaridade quanto ao tema, a narrativa geohistórica, com a sua perspectiva de história de *longue durée*, nos dá ferramentas apropriadas para continuar tal desenvolvimento epistemológico com relação às principais cidades goianas, desde o seu início repentino até a decadência aurífera, passando-se em um curto período de tempo. O território formado, como afirma Moraes (2000, p. 17), torna-se resultado de uma acumulação contínua de interações sociais com o espaço: "A constituição de um território é, assim, um processo



cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade – um contínuo em movimento.” A natureza se *humaniza e valoriza*; o homem, por sua vez, se *realiza*.

### 3. AS ESTRUTURAS AÇUCAREIRAS

Para que se possa ter conhecimento das condições nas quais se desenvolveram as atividades mineradoras pela *hinterlândia* brasileira, deve-se ter em mente, primeiramente, os moldes históricos nos quais se deu esta nova realidade. Compreender esse pano de fundo torna-se primordial para que haja uma contextualização histórica, demonstrando quais fatores a mineração herdou do sistema açucareiro anterior e, assim poder ter maior clareza quanto à estrutura desenvolvida como um todo para uma análise histórica mais completa dos setecentos.

Como se tem registrado historicamente, a partir do século XVI a economia brasileira baseou-se primeiramente na extração e comercialização do pau brasil, mas existe um consenso literário quanto ao impacto urbanístico mínimo que esta atividade teve para a nossa formação territorial. Geiger (1967, p. 73) comenta, *en passant*, o tema afirmando que não houve uma herança urbana deixada como legado e que "nas áreas de extração dessa essência, construíram-se fortins para a defesa contra os índios e os contrabandistas, nos quais se guardava a mercadoria à espera do transporte; terminada a extração, tais pontos eram abandonados." Portanto, nos primórdios de nossa história, não se encontra registro de uma pluralidade de organizações urbanas estabelecidas em prol da extração do pau brasil, mas, sim, de alguma disposição variada de objetos geográficos com funções específicas à extração, transporte e comercialização do produto.

Nesses anos iniciais, entre 1500 e 1535, a principal atividade econômica foi a extração do pau-brasil, obtida principalmente mediante troca com os índios. As árvores não cresciam juntas, em grandes áreas, mas encontravam-se dispersas. À medida que a madeira foi-se esgotando no litoral, os europeus passaram a recorrer aos índios para obtê-la. O trabalho coletivo, especialmente a derrubada de árvores, era uma tarefa comum na sociedade tupinambá. Assim, o corte do pau-brasil podia integrar-se com relativa facilidade aos padrões tradicionais da vida indígena. Os índios

forneciam a madeira e, em menor escala, farinha de mandioca, trocadas por peças de tecido, facas, canivetes e quinquilharias, objetos de pouco valor para os portugueses. (FAUSTO, 2006, p. 42)

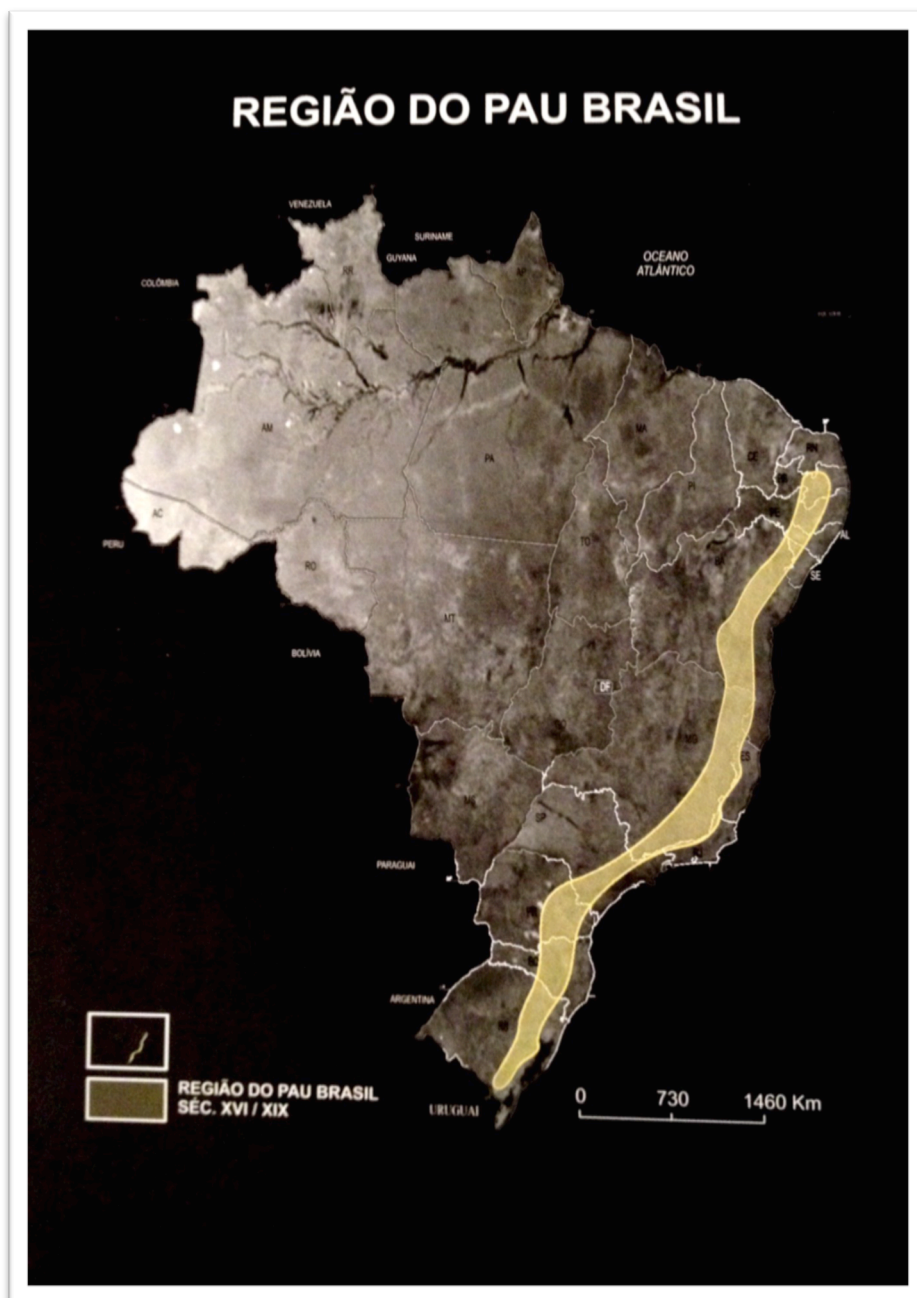


Figura 1: Mapa da região do Pau Brasil. Fonte: Anjos (2014).

A partir da figura 1, confirma-se o fato de que a atividade extrativista dessa riqueza natural se deu de forma espalhada e ao longo de toda costa brasileira, exigindo esforços que não eram compatíveis com a presença limitada de

portugueses à época. Denota-se um início de colaboração entre os europeus e os grupos indígenas baseada na troca de produtos, o que se torna um primeiro passo para a instalação da colônia brasileira. O território, ainda a ser explorado, fornece riquezas que irão representar um primeiro impulso ao estabelecimento português posterior. Periodicamente falando, estamos no que Santos e Silveira (2011, p. 25) denominariam de "período natural", auferindo-se uma instalação originária dos europeus a terras brasileiras, ainda subjugados aos "tempos lentos" da natureza e em cooperação aos grupos indígenas existentes. "Num período pré-técnico, a escassez era a dos instrumentos artificiais necessários ao domínio desse mundo natural."

Se não se deu o *fato* urbano de forma proliferada nesta época, isto não quer dizer que tal fase tenha sido uma nulidade para a futura territorialização efetiva brasileira. Podemos crer que os primeiros registros oriundos dessas explorações geraram conhecimento primordial que depois seria reutilizado para o estabelecimento de núcleos urbanos com caráter efetivo, portos em localidades estratégicas, rotas comerciais ao longo da costa, descobrimento de riquezas naturais a serem exploradas, etc. Silva<sup>11</sup> (2000, p. 55) nos dá indícios de que, desde os primeiros anos do século XVI, eram enviadas (às terras ainda sob o nome de "Vera Cruz") expedições exploradoras que tinham como objetivo: a) fazer um primeiro reconhecimento do litoral em busca de metais preciosos; b) expulsar corsários e tripulações estrangeiras; e c) fundar "o primeiro núcleo colonial" que seria, no ano de 1532, o de São Vicente. Abaixo (figura 2) está representado simbolicamente o que seria o momento da fundação em tela de Benedito Calixto<sup>12</sup>:

---

<sup>11</sup> Francisco Carlos Teixeira da Silva é um historiador brasileiro, professor titular de História Moderna e Contemporânea na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>12</sup> Benedito Calixto (1853-1927) foi pintor, historiador, ensaísta e professor brasileiro, expoente da representação artística e cartográfica do estado de São Paulo.



**Figura 2: Tela "Fundação de São Vicente". Fonte: Calixto (1900).<sup>13</sup>**

Este momento de primeiro contato com as terras de "Vera Cruz", geohistoricamente, se desdobrará na futura interiorização do país, efetivando a *urbe colonial* às feições mineralógicas e não pode ser marginalizado numa discussão que prime por uma releitura do espaço geográfico brasileiro.

A partir de uma cada vez maior pressão internacional ao redor das vastas terras que estavam sob a posse dos espanhóis e portugueses (FURTADO<sup>14</sup>, 2006, p. 27; INNOCENTINI<sup>15</sup>, 2009, p. 14-16), procurou-se contornar a questão com o estabelecimento das Capitanias Hereditárias em 1534 que teve, pois, um aspecto "especificamente geopolítico" (MORAES, 2000, p. 299) em que se deveria buscar, a qualquer custo, ocupar e povoar as novas terras para poder ter posse efetiva das riquezas prometidas. Por meio da figura 3, é possível visualizar a demarcação políticas das capitanias segundo o cartógrafo português Luís Teixeira:

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8777/Benedito-Calixto>>. Acesso em: 25 de setembro de 2014.

<sup>14</sup> Celso Furtado (1920-2004) foi um economista e político brasileiro, tendo sido diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (atual BNDES), criado a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), assumido cargo de Ministro da Cultura, etc.

<sup>15</sup> Thaís Innocentini é uma economista brasileira, mestre em Economia pela EESP/FGV.



Figura 3: Mapa das Capitânicas Hereditárias. Fonte: Teixeira (1574)<sup>16</sup>

Através da leitura de diversas obras específicas (INNOCENTINI, 2009; FAUSTO, 2006; FURTADO, 2006; MORAES, 2000), pode-se afirmar que a posse e o uso das Capitânicas Hereditárias era privatizada pela Coroa, através das concessões, mas que o sentido geral desta manobra política estava em viabilizar o estabelecimento de portugueses nas terras brasileiras afim de defendê-las contra a

<sup>16</sup> Disponível em:

<[http://www.nethistoria.com.br/secao/desafio\\_nethistoria/1149/capitanias\\_hereditarias\\_no\\_mapa\\_de\\_luis\\_teixeira\\_c\\_1574/](http://www.nethistoria.com.br/secao/desafio_nethistoria/1149/capitanias_hereditarias_no_mapa_de_luis_teixeira_c_1574/)>. Acesso em: 01 de outubro de 2014.



invasão de expedições estrangeiras. Em termos geopolíticos, a instalação das capitanias foi fundamental para o povoamento do litoral, onde deve-se entender a mescla de fatores que possibilitaram este movimento lento e processual: a concessão de vastas terras pela Coroa Portuguesa; a disponibilidade de recursos dos donatários para poder realizar os empreendimentos iniciais de estabelecimento da infraestrutura de povoamento necessária; a cooperação e, posteriormente, subjugação dos povos locais; e o imaginário provocado pelas prometidas riquezas naturais que estariam adentradas no território. Aspectos políticos, econômicos, geográficos e sociais estão, portanto, sedimentados no que seria a primeira feição de um estabelecimento populacional efetivo, dando continuação ao paulatino processo de ocupação engendrada ainda no século XVI, caracterizando uma primeira regionalização efetivamente instalada em nosso território. Está-se, conseqüentemente, a tratar de um período de extrema relevância para a história do território brasileiro, pois é a partir da dinâmica política que se moldou a ocupação efetiva do solo perante uma trama internacional de profundo impacto. O espaço foi, pela primeira vez, subdividido e repartido de acordo com uma lógica colonizadora específica, dando-se continuidade ao projeto de consolidação do que tem-se hoje por Brasil.

A situação econômica à época da implantação das Capitanias Hereditárias torna-se lúcida através da explanação de Mattos<sup>17</sup>, Innocentinni e Benelli<sup>18</sup> (2012, p. 440):

De fato, a extração do pau-brasil ainda era, nesse período, a grande economia colonial, chegando a causar problemas no desenvolvimento das demais atividades econômicas, uma vez que demandava muita mão de obra em um ambiente em que este fator era extremamente escasso. Duarte Coelho [donatário da Capitania de Pernambuco], que buscava povoar sua colônia através de engenhos e da agricultura, questionava o excesso de licenças concedidas pelo rei, “de quantos alvarás de permissão que Vossa Alteza tem mandado passar, todos se querem utilizar deles aqui”, alegando que a extração do pau-brasil não assegurava uma estabilidade de vida que ele, por sua vez, tentava estabelecer através dos engenhos. Esta atividade não somente era mais rentável no curto prazo como acabava absorvendo todo o trabalho ofertado pelos nativos.

---

<sup>17</sup> Enlison Mattos é um economista brasileiro, professor associado da EESP/FGV.

<sup>18</sup> Yuri Benelli é um brasileiro graduando em Economia pela EESP/FGV.

Pode-se visualizar, através da excerto acima, que o cultivo do açúcar já se dava em alguns casos específicos concomitantemente à extração do pau brasil, contrariando versões historiográficas defensoras de uma divisão da nossa história econômica em 'ciclos' (ANDRADE, 2004, p. 43). Os tipos de empreendimento eram dados de acordo com a intenção dos agentes sociais em questão, com a disponibilidade de capital e com as possibilidades ambientais, não havendo uma exclusividade econômica gritante como o querem algumas leituras específicas. A exploração do pau brasil continuaria ainda por alguns séculos, mas com menor predominância se comparada ao primeiro século de colonização.

A partir de uma instalação primeira no litoral colonial, tem-se como primeira atividade econômica de maior profundidade, para a sociedade brasileira como um todo, o cultivo e a comercialização do açúcar, ocupando grande parte da faixa litorânea nordestina. Tal atividade perdurou longamente até o advento em massa da mineração, mas nunca deixou de existir e deixa marcas na sociedade brasileira até os dias de hoje; a economia açucareira preparou substancialmente a colônia em termos de infraestrutura, aspectos sociais, econômicos e políticos. Geiger (1963, p. 73) fornece informações fundamentais a respeito:

A dispersão na ocupação do solo, o rápido avanço de linhas de penetração pelo interior, refletem-se no fato de, em tôdas as regiões do País, se encontrarem localidades de antiga fundação. A cada ciclo econômico corresponde o aparecimento de uma quantidade de núcleos urbanos. (...) A economia açucareira, além de impulsionar o desenvolvimento de portos marítimos, deu origem a outras localidades, nos diversos períodos de expansão do cultivo da gramínea. Algumas delas surgem como pontos intermediários no transporte do açúcar, dos engenhos aos portos de exportação. Tanto no Norte como no Sul, de preferência à margem dos cursos de água que fluem pelas planícies litorâneas, aparecem pequenas localidades, nas quais o açúcar era reunido para descer por embarcações, rumo ao pôrto marítimo.

Portanto, em termos de distribuição da produção açucareira, contrapondo-se à comercialização do pau brasil, já houve avanço com relação ao desbravamento do país e do uso de seus recursos naturais para facilitar o transporte, como no caso fluvial. O transporte do ouro, posteriormente, também faria uso desses mesmos meios para a sua própria circulação de mercadoria e de pessoal envolvido na *empresa*. Assim, o legado infraestrutural deixado pelo açúcar já se torna aparente mesmo depois de seu auge.

O continuar do processo de colonização, agora com maiores investimentos de capital refletidos na implantação de engenhos de açúcar, vem a apresentar um "sentido *exomorfo*" (MORAES, 2000, P. 274-275) em que é salientada a necessidade de uma estrutura de circulação ligada intimamente aos pontos produtores, reforçando a vitalidade da questão de infraestrutura e formando, em uma cada vez maior escala, uma rede de interconexão com o mercado mundial. Esse *exomorfismo* está ligado ao destino – sempre voltado à exportação para os mercados europeus – que as riquezas naturais cultivadas em solo nacional vão ter. Num primeiro momento, superam-se as barreiras naturais e implantam-se as estruturas açucareiras; num segundo momento, busca-se articula-las à economia-mundo e, conseqüentemente, fazer com que o legado deixado à colônia seja o menor possível. Portanto, se coadunarmos os entendimentos até aqui construídos, podemos sugerir que a espacialização provocada pelo açúcar tinha um *objetivo* ocupacional das vastas terras, com um *sentido* exomorfo voltado apenas para os mercados compradores longínquos. Todo e qualquer obstáculo (sendo ele físico-natural ou dado por povos indígenas) deveria, portanto, ser superado de acordo com essa dualidade pertencente ao projeto colonizador idealizado às terras brasileiras.

Furtado (2006, p. 75) esclarece que, devido ao grande dispêndio financeiro na instalação da indústria açucareira, o governo português incentivava essa atividade com "a isenção de tributos, garantia contra a penhora dos instrumentos de produção, honrarias e títulos, etc." e que, ao contrário do que indicavam alguns impeditivos relacionados à adaptação dessa prática econômica em solos desconhecidos, essa indústria teve um rápido desenvolvimento. A malha social foi-se formando a um passo mais acelerado do que em tempos anteriores, onde houve a necessidade maior de uma produção alimentícia e de mais mão-de-obra disponível para os engenhos, o que geraria choques frequentes com os missionários que, em sua cruzada à conversão das populações nativas, impediam os colonizadores de as utilizarem como trabalho escravo (CARDOSO<sup>19</sup>, 2000, p. 102).

Sobre a necessidade de alimentos e de mão-de-obra, Galeano<sup>20</sup> (2011, p. 94-95) nos fornece algum entendimento sobre a constituição social brasileira:

---

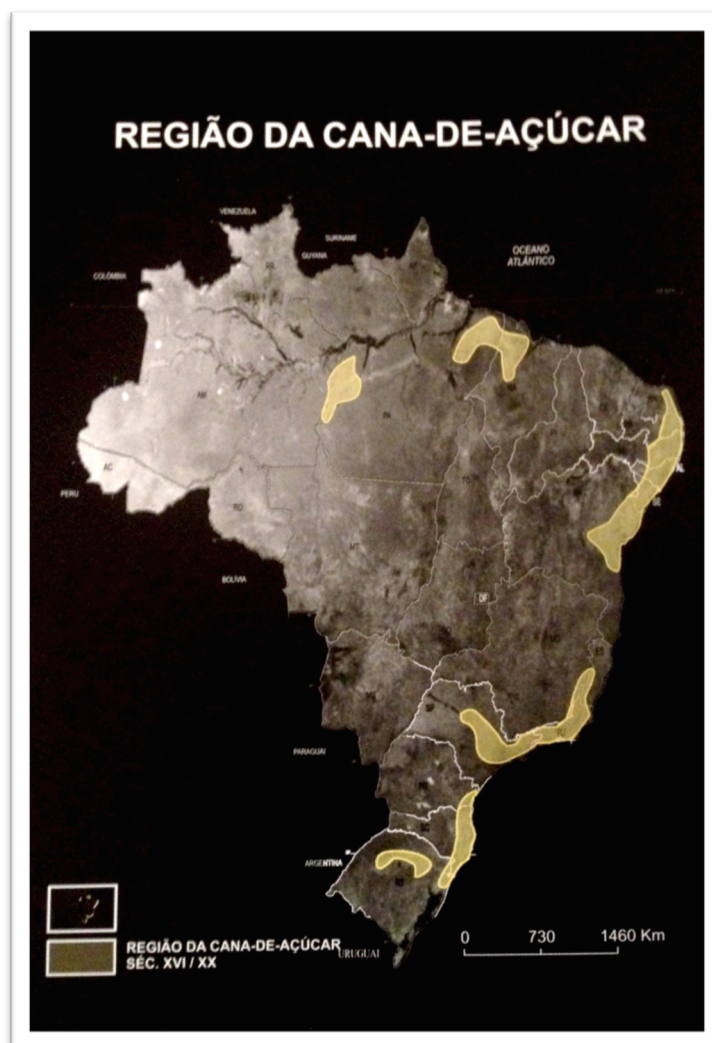
<sup>19</sup> Ciro Flamarion Santana Cardoso (1942-2013) foi um historiador brasileiro e professor titular de História Antiga e Medieval na Universidade Federal Fluminense.

<sup>20</sup> Eduardo Galeano (1940 - atualidade) é um escritor e jornalista uruguaio.



As terras foram cedidas pela Coroa portuguesa, em usufruto, aos primeiros e grandes terras-tenentes do Brasil. A façanha da conquista deveria correr paralela com a organização da produção. (...) foram capitais holandeses que, na maior parte, financiaram o negócio, que a rigor era mais flamengo do que português. As empresas holandesas não participavam tão só da instalação de engenhos e da importação de escravos, elas recolhiam o açúcar bruto em Lisboa e o refinavam, obtendo ganhos que chegavam à terça parte do valor do produto. (...) Em fins do século XVI, havia no Brasil não menos de 120 engenhos, que somavam um capital aproximado de dois milhões de libras, mas seus donos, que possuíam as melhores terras, não cultivavam alimentos. Importavam-nos, assim como importavam também uma vasta gama de artigos de luxo, que chegavam de ultramar juntamente com escravos e bolsas de sal.

A complexificação socioespacial vai-se tornando cada vez mais nítida com a presença constante de europeus em solo brasileiro, com o incentivo do governo português como agente social de extrema relevância (alimentado, anteriormente, pelas empresas holandesas), com a intensificação dos fluxos econômicos e populacionais, etc. Há pouca disponibilidade de alimentos e uma pressão demográfica sempre crescente, injetando-se capitais estrangeiros à colônia e inserindo-a, continuamente, à economia mundial de acordo a um papel de exportação muito próprio. Abaixo temos uma representação do que seria a área de maior predominância do cultivo do açúcar até os limites do século XX:



**Figura 4: Mapa da região da cana-de-açúcar. Fonte: Anjos (2014).**

Na figura 4 podemos reparar numa interiorização provocada pelas estruturas açucareiras que antes não era visível (se compararmos ao mapa representando a espacialização da economia do pau brasil). Essa interiorização, mesmo que lenta e tímida, com desenvolvimento último até o século XX, mostra-se preciosa para a análise da formação territorial brasileira. Abandonou-se a fixação única e limitada à região costeira e pode-se admitir uma alteração na feição espacial brasileira. Como mais adiante veremos, será apenas na mineração que esse movimento encontrará uma radicalização, atingindo limites ao ponto até então inimagináveis.

Outro fator central determinante na história brasileira foi o uso do escravo como mão-de-obra, principalmente a partir da economia açucareira. Segundo Palacín<sup>21</sup> e Moraes<sup>22</sup> (1994, p. 31-32):

A economia açucareira que dominara os dois primeiros séculos da colonização do Brasil foi uma economia estruturada sobre o trabalho escravo; conseqüentemente, a sociedade do açúcar apresentava como uma de suas estruturas fundamentais a oposição livre/escravo. A mineração continuou a basear-se no trabalho escravo. Os escravos, pretos importados nesta qualidade da África, e seus descendentes constituíram de início a maior parte da população das minas.

O uso do escravo negro está fortemente inserido na história brasileira e, como afirma Fausto (2006, p. 50), foi incentivado pela Coroa Portuguesa desde a década de 1570. Assim, proliferaram-se pelos engenhos de açúcar do Rio de Janeiro e, principalmente, do litoral nordestino formando a base da sociedade brasileira colonial. Isto também não foi diferente com o *boom* da mineração ao longo do século XVIII, pois a mão-de-obra escrava concentrada na já decadente sociedade do açúcar migrou para as zonas mineradoras com força, representando novamente o grande alicerce social de uma atividade extrativista, por mais que o resultado cultural final do Brasil colônia não tenha incluso a riqueza cultural do negro (RIBEIRO<sup>23</sup>, p. 102, 2006).

Cardoso (2000, p. 104-105) nos contextualiza quanto à centralidade que teve o trabalho escravo africano nas áreas rurais e quais suas tipificações:

Na sua imensa maioria, os escravos e escravas do Brasil viveram, trabalharam e morreram nas áreas rurais. Quando se fala em escravidão rural, de imediato se pensa na agroindústria exportadora, em especial os engenhos de açúcar. Apesar de suas dimensões variáveis, o engenho médio comportava dezenas de escravos e era, nos "Tempos Modernos", uma das formas mais complexas de empresa quanto às instalações que exigia e ao grau considerável de divisão do trabalho que apresentava. (...) Além dos engenhos – os maiores chegaram a ter várias centenas de escravos –, os "lavradores de cana" também possuíam parcelas importantes da escravaria. Talvez seja possível definir tais "lavradores" como protoplantadores que, sem recursos suficientes para fundar ou

---

<sup>21</sup> Luís Palacín Gómez (1927-1998) foi um historiador hispano-brasileiro, tendo sido professor da Universidade Federal de Goiás.

<sup>22</sup> Maria Augusta de Sant'anna Moraes (1936-atualidade) é doutora em História, foi professora da Univesidade Federal de Goiás e sócio-fundadora da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica de São Paulo.

<sup>23</sup> Darcy Ribeiro (1922-1997) foi um antropólogo e político brasileiro, tendo sido um dos fundadores da Universidade de Brasília e da Universidade Estadual do Norte Fluminense, assim como Ministro-Chefe da Casa Civil e exercido o mandato de Senador.

comprar um engenho ou outro tipo de *plantation*, e às vezes sem terras próprias – arrendavam-nas de um senhor de engenho –, produziam cana-de-açúcar para uma empresa rural determinada a que estavam ligados, segundo um sistema de partilha do açúcar resultante e, se não fossem proprietários, pagando o aluguel da terra.

Deve-se entender a composição social dessa época através da intensa importação de mão-de-obra escrava do continente africano para o Brasil, atingindo números nunca antes vistos em qualquer época da história da humanidade, entre os séculos XV e XIX (ANJOS, 2014, p. 18). A utilização desses inúmeros povos, amalgamados em apenas uma única *ilusória imagem* de "povo africano" (ignorando a pluralidade imensa de diferentes culturas imigrantes), teve caráter primordial para o erguimento e sustentação das estruturas açucareiras, através da força braçal e dos conhecimentos tradicionais importados, dando-se continuidade a esse processo pelo século XVIII da mineração em diante.

Pluralizou-se o uso do escravo e, assim como observamos uma cada vez mais frequente interiorização do território, também podemos visualizar um aprofundamento social crescente em tempos coloniais. Assim, se lidarmos com o fato antropológico, refletido em um linguajar mais próprio ao geógrafo, e que tem, ao produto investigativo final, um caráter sociológico, conseguimos combinar a noção sutil de uma espacialização brasileira intensificada com a economia açucareira, junto com uma percepção branda de uma expansão da diversidade social colonial que não seria a mesma se a escravidão não tivesse tido a mesma proporção que teve. Novamente devemos retornar a Ribeiro (2006) para compreender, em última instância, que a cultura do Brasil teve profundos fundamentos na riqueza cultural do negro, por mais que isso não seja admitido com facilidade. Enquanto que o espaço colonial se alargou em direção à hinterlândia, também se alastraram as raízes culturais a territórios ultramarinos africanos identificáveis, de forma cabal, na sociedade brasileira (seja em "Tempos Modernos" ou em Tempos Contemporâneos).

A socioespacialidade colonial teve maiores acepções no transcorrer da história, tanto em termos territoriais, quanto em aspectos sociais. Deve-se atinar ao fato de que, com o desenvolvimento das economias extrativistas ao longo dos anos, houve uma cada vez maior expansão a todos os sentidos possíveis, formando, paulatinamente, as fronteiras de nosso país. Foram-se percorrendo as vias hídricas e terrestres, litorâneas e interioranas, aglomerando-se em pontos específicos e

estratégicos (mais à frente isto será melhor elucidado segundo o caso do Rio Vermelho em Goiás) e desenvolvendo-se uma malha viária cara ao território. Ao mesmo tempo em que se deu tal processo expansivista, também se fomentou uma diversidade social até então inédita. As diversas feições sociais agrupadas no espaço brasileiro, a nível econômico e cultural, fizeram emergir uma segunda dimensão referente ao aprofundamento colonial. Definiu-se uma dualidade dada de maneira concomitante que redefiniu, pois, o Brasil colônia e a sua imagem referente ao próprio Brasil colônia. Assim, poderíamos reconhecer, no mínimo, uma dualidade socioespacial responsável pela diversidade cultural que hoje nos compõe como nação. Mais à frente será elucidado o papel que a mineração teve para aprofundar e consolidar essas feições histórico-geográficas.

A implantação do sistema açucareiro teve grandes proporções socioeconômicas, gerando riquezas que só iriam diminuir por volta da metade do século XVII com o aumento da especialização açucareira das Antilhas. Segundo Furtado, (2006, p. 98) a proliferação dos engenhos e a riqueza criada por eles definiu uma crescente complexificação da sociedade colonial e resultou numa atividade paralela muito mais atraente para o indivíduo não-possuidor de grande capital: a pecuária. Esta última tinha características diversas da empreendida no litoral nordestino. Estabelecendo-se no interior da colônia, o pastoreio tinha acesso a imensas áreas e requeria pouquíssima mão-de-obra, ao contrário da estrutura socioeconômica promovida pelos engenhos. A pecuária, como salienta Moraes (2000, p. 234), promoveu uma primeira interiorização colonial possibilitando maior conhecimento das riquezas naturais da colônia, o que serviria de norte para as bandeiras que saíssem em busca de riquezas minerais, por exemplo. Assim, se deu um primeiro contato com as áreas brasileiras não-litorâneas o que depois seria primordial para a mineração, que faria uso intenso de animais de carga.

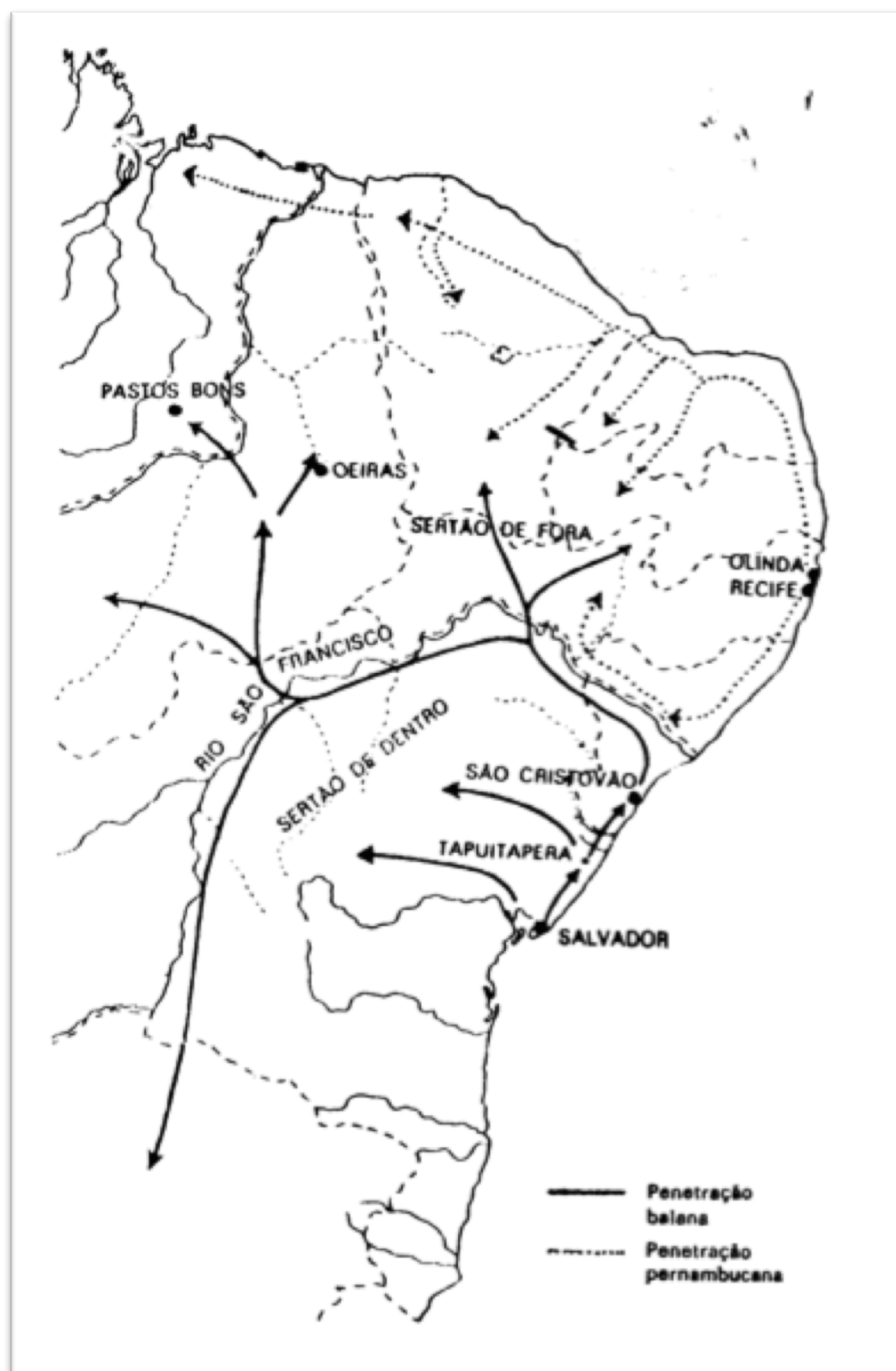


Figura 5: Mapa da penetração pecuária no Nordeste colonial. Fonte: Andrade (2004).

Acima, na figura 5, torna-se possível visualizar as penetrações pecuaristas baianas e pernambucanas que foram responsáveis pela formação do sertão nordestino, associado economicamente com o litoral, mas dissociado estruturalmente, tendo origens, objetivos e sentidos diversos.

Pode-se identificar nessa atividade econômica uma expansão territorial notória quando comparada às atividades anteriores denotando uma primeira interiorização

*per se*, aprofundando-se a dimensão territorial do Brasil colonial. Se recorrermos novamente à literatura específica, identificaremos que a atividade criatória envolveu em menor grau a população brasileira:

A população que se ocupava da atividade criatória era evidentemente muito escassa. Segundo Antonil, os currais variavam de duzentas a mil cabeças, e havia fazendas de 20 mil cabeças de gado. Admitindo-se a relação de um para cinquenta entre a população humana e animal – o que corresponde *grosso modo* a um vaqueiro para 250 cabeças –, resulta que o total da população que vivia da criação nordestina não seria superior a 13 mil pessoas, supondo-se 650 mil cabeças de gado. O recrutamento de mão-de-obra para essas atividades baseou-se no elemento indígena, que se adaptava facilmente à mesma. Não obstante a resistência que apresentaram os indígenas em algumas partes, ao verem-se espoliados de suas terras, tudo indica que foi com base na população local que se fez a expansão da atividade criatória. (FURTADO, 2006, p. 98)

Andrade (2004, p. 48) também reconhece que, na atividade criatória, "embora em menores proporções do que na área açucareira, foi utilizado o braço negro escravo ao lado do indígena". Portanto, se comparada com as estruturas açucareiras, a atividade criatória (intimamente ligada à do açúcar) não mobilizou o mesma quantidade de mão-de-obra e desenvolveu-se de forma mais simplória, sendo menos impactante se a analisarmos segundo a dimensão social da colônia. Houve participação indígena e escrava, mas o nível de interação entre os diversos componentes sociais é inferior se comparado com o que ocorria nas faixas litorâneas dominadas, majoritariamente, pela produção açucareira.

Adiante (figura 6) temos representação cartográfica do que seria a região dominada pela expansão criatória:



Figura 6: Mapa da região do gado. Fonte: Anjos (2014).

Durante os dois primeiros séculos da colônia, o Brasil *imaginado* era o de um país restrito às áreas litorâneas e com alguma penetração através da pecuária, mas a urbanização dada se restringia à estrutura açucareira, concentrando-se em Recife, com a produção do açúcar, e a Salvador, com os aspectos político-administrativos (FROTA NETO<sup>24</sup>, 1978, p. 21-22). A ascensão da extração aurífera irá mudar drasticamente o quadro no terceiro século de colonização, como nos ilustram Costa e Scarlato (2009, p. 15-16), onde se abandona o caráter "filiforme e talassocrático" até então predominante e instaura-se a ocupação da *hinterlândia* brasileira,

---

<sup>24</sup> Frota Neto é um jornalista e escritor brasileiro, sendo professor universitário da Fundação Getúlio Vargas (FGV) tendo sido, também, Secretário de Imprensa da Presidência da República no Governo Sarney.



ocupando-se os "fundos territoriais"<sup>25</sup>. Com isso, altera-se a dinâmica econômica e política vigente e cria-se, de forma lenta e gradual, um ambiente tipicamente urbano que se mostrava inédito.

#### **4. INÍCIO DA FORMAÇÃO URBANA EM GOYAZ**

Segundo Bertran<sup>26</sup> (2011, p. 165-166), após uma primeira expedição que foi responsável por desbravar as terras do Planalto Central e levantar os prováveis ribeirões que teriam o ouro desejado, Anhanguera II, filho do bandeirante Anhanguera (Bartolomeu Bueno da Silva), preparou uma segunda expedição bandeirante que resultaria na fixação das raízes dos futuros aglomerados urbanos goianos em torno das lavras de ouro. A primeira expedição partira em 1722 e só retornaria em 1725 com a perda de, praticamente, 75% dos homens que a compunham. A segunda partiria em 1726:

A nova bandeira, no entanto, já vinha mais bem estruturada – até um engenheiro de minas a integrava – e deve ter desembocado, sem vacilações, sobre o vale do rio Vermelho e a Serra Dourada, no pequeno império da atual Cidade de Goiás (...) No mesmo ano de 1726, planta Anhanguera os alicerces de Goiás Velho. Em seguida, erige a Barra, onde teve suas lavras principais servidas por um rego d'água, para a lavagem do ouro, com 20 quilômetros de extensão (...) Chegavam às centenas, em todas as monções da Páscoa, os aventureiros mal-alojados em São Paulo e os insatisfeitos nas Minas Gerais. Antes de findar a década de 1720, já deviam estar fixadas as lavras e os arraiais de toda a bacia do rio Vermelho: Ouro Fino, Ferreiro, Anta, Santa Rita, todos hoje extintos, ou quase, com exceção de Santa Rita. Diversas roças de mantimentos estabeleceram-se no distrito: já havia suprimentos e logística para enviar-se a todos os ventos novas bandeiras de exploração, justo quando acaba-se a grossa coleta do ouro aluvionar.

Temos, assim, o embrião do que viria a constituir a urbanização goiana do século XVIII, a partir das expedições de Anhanguera II, onde já se deu uma logística inicial para que pudesse haver a migração cada vez mais volumosa de pessoas que buscavam as riquezas naturais de Goiás a partir da época dada. A atividade foi tamanha que, já em 1732, constata-se, através da análise de Carta Real daquele ano, uma diminuição na quantidade de ouro no rio Vermelho dos Goiaeses, um dos

---

<sup>25</sup> Noção desenvolvida por Moraes (2000).

<sup>26</sup> Paulo Bertran Wirth Chalhub (1948-2005) foi um economista e historiador tendo sido professor da Universidade de Brasília e da Universidade Federal de Goiás.

primeiros rios a serem explorados, junto aos rios Claro e Pilões (BERTRAN, 2011, p. 167; 1978, p. 23). A atividade mineradora foi tão intensa que, até o final dos setecentos, a decadência aurífera goiana já estaria decretada.

A importância atribuída às expedições da década de 1720 é notória devido às consequências que tiveram para a história de Goyaz, mas bandeiras já percorriam as terras do Planalto Central nos séculos anteriores. Bertran (2011, p. 104) nos mostra que, primeiramente em 1592 e, posteriormente, em 1598, as expedições dos Afonso Sardinha e Sebastião Marinho já haviam descoberto lavras de ouro por todo o Planalto Central. Portanto, se há uma convenção historiográfica de que o ouro goiano foi “descoberto” na década de 1720, os registros históricos mais obscuros indicam que, ainda no primeiro século do Brasil colônia, já se sabia da existência do ouro na *hinterlândia* brasileira. Pode-se especular que a extração de tais riquezas minerais demorou cerca de duzentos anos para ser explorado por: a) falta de conhecimento específico do relevo brasileiro, o que dificultaria o papel das expedições em encontrar as lavras de ouro; b) falta de infraestrutura e população disponível para tal empreitada, pois os índices de morte eram altíssimos devido aos embates com nativos e às próprias condições naturais; c) incerteza quanto à quantidade de minérios que poderia existir na *hinterlândia*, podendo não compensar as perdas financeiras e humanas no processo de interiorização. Observando-se tais aspectos, pode-se compreender a lentidão em que se deu a interiorização brasileira, permanecendo o caráter litorâneo da urbanização colonial pré-mineração.

A seguir (figura 7) apresenta-se mapa póstumo confeccionado por Guillaume de L'Isle<sup>27</sup>, de 1730, intitulado "*Carte de la Terre Ferme, du Perou, du Brésil et du Pays des Amazones*" [Mapa da Terra Firme, do Peru, do Brasil e dos Países das Amazônias] onde podemos observar uma anotação, feita próxima ao Rio Doce, ao "Rio d'Accey" e a tribos indígenas como os *Amixocores*, *Carajes*, *Tupiques*, etc, destacando "*Mines trouvées par Sebastien Tarinho*" [Minas descobertas por Sebastião Marinho].

---

<sup>27</sup> Guillaume de L'Isle (1675-1726) foi um cartógrafo francês que elaborou mapas sobre terras europeias, americanas e africanas.

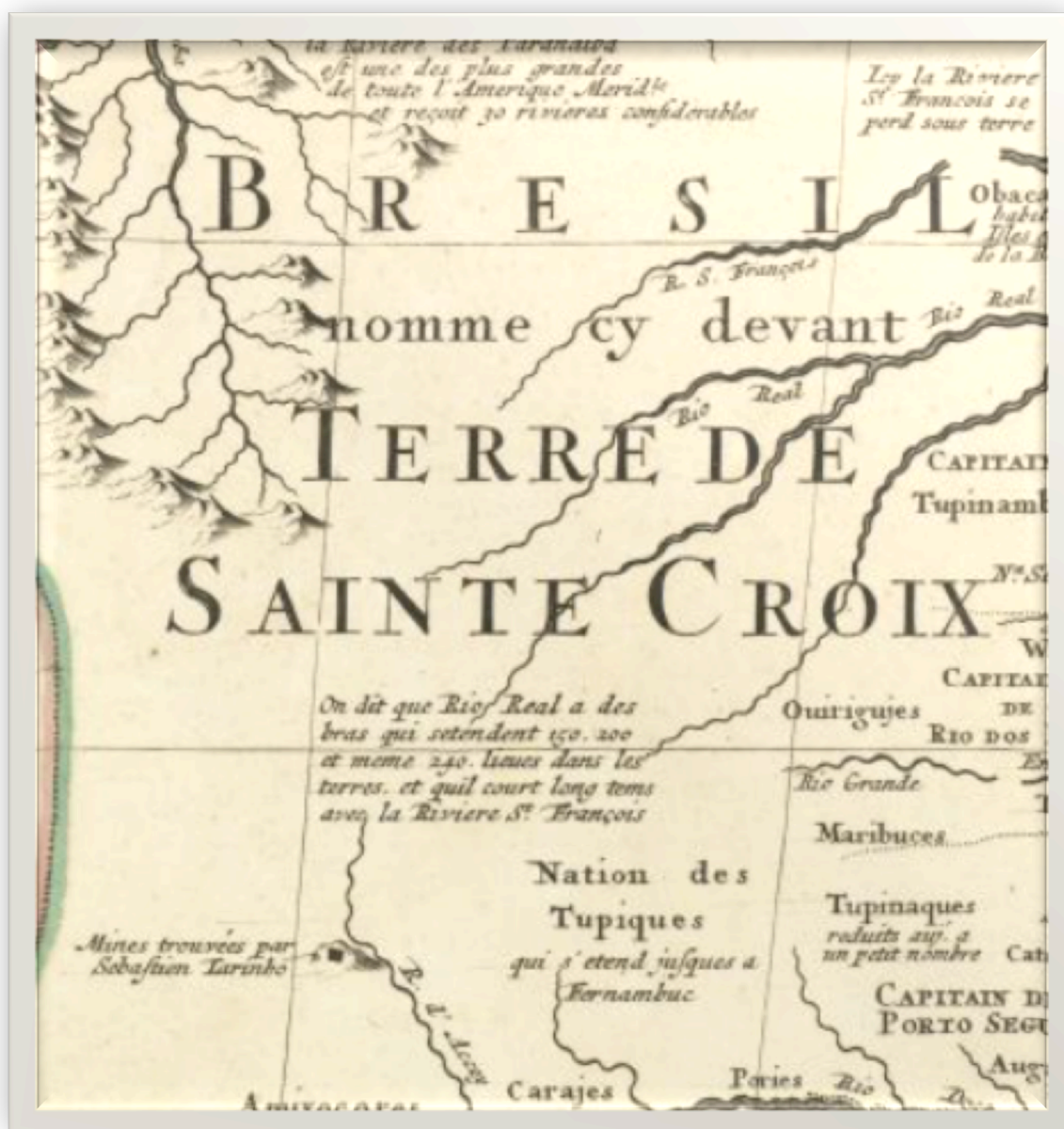


Figura 7: Mapa da Terra Firme, do Peru, do Brasil e dos Países das Amazônias. Fonte: L'Isle (1730).<sup>28</sup>

Através da figura 8 pode-se comprovar o desconhecimento que havia no século XVIII quanto às terras interioranas brasileiras, sendo isto explicitamente indicado nos mapas produzidos à época, como no mapa de Richard Seale<sup>29</sup>, de 1740, que também possui referência às minas descobertas por Sebastião Marinho próximo ao Rio Doce. Tem-se escrito, em torno do nome "Brasil", "Unknown parts"

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://maps.bpl.org/id/14308>>. Acesso em: 08 de outubro de 2014.

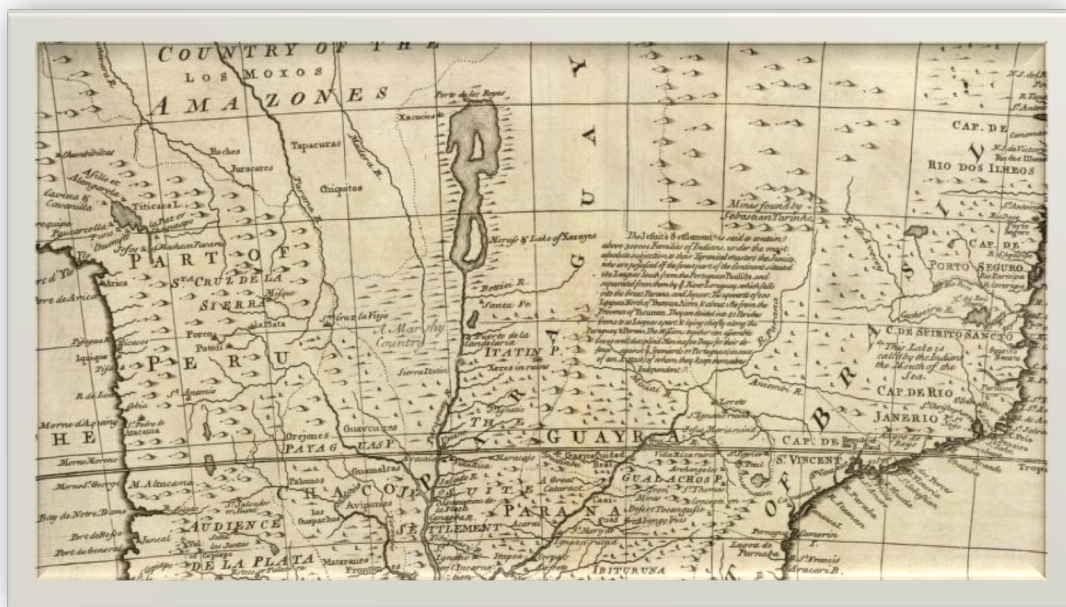
<sup>29</sup> Richard William Seale (1703-1762) foi um cartógrafo britânico que realizou diversos mapas das terras americanas.





A partir de 1610 começara a organização de bandeiras sertanistas, como companhias militares existentes desde 1601, com um total de 30 a 36 homens, para conquista de novas fronteiras, como corpo de combate, à natureza hostil, ponto de encontro entre a selvageria e a civilização. Cresceu aos poucos e chegou em seu apogeu a constituir uma forma de sociedade em movimento, como fator de efetiva incorporação territorial do país. A bandeira sertanista, em sua feição militar e nome, resultou da lenta adaptação da instituição das milícias a condição e força novas. Transformou-se por fim numa organização de penetração de natureza bélico-industrial, como instrumento de uma determinada modalidade econômica. Com características de agrupamento militar, agindo em ofensiva e portanto agressivamente numeroso, tanto quanto permitia o sertão por ela a ser trilhado, armado em ofensiva, seu propósito era apresar ameríndios. Isso fez com que a bandeira devassasse área territorial muito grande. (...) Não tendo o planalto outra fonte de renda, foi imperioso para a região o aproveitamento, como riqueza econômica, dos indígenas.

Sobre a presença dos indígenas e o controle jesuítico que havia sobre eles, podemos suscitar uma extensa anotação apresentada em um mapa de 1747, do cartógrafo inglês Emanuel Bowen<sup>32</sup>, ocupando uma grande porção destinada ao que seria hoje o Brasil central (figura 9):



<sup>32</sup> "Diz-se que o estabelecimento jesuítico contém acima de 300.000 famílias indígenas sob a mais absoluta sujeição aos seus mestres tirânicos, os jesuítas, que possuem a melhor parte do continente, situada a 200 léguas ao sul das terras dos Paulists portugueses, e separado deles pelo rio Loruquay que desemboca no Grande Paraná e Jopsur. Localiza-se a 200 léguas ao norte de Buenos Aires e por volta de 180 da Província de Tucuman. Eles estão divididos em 42 paróquias com distância entre si de 1 a 10 léguas, localizando-se ao longo do Paraguai e do Paraná. As missões juntas podem reunir 60.000 homens bem disciplinados em poucos dias em sua defesa contra espanhóis ou portugueses (no caso de um ataque) mantendo-se independentes." [Tradução livre do autor] [Nota: Segundo *A Voyage to the East Indies*, 1772, *Paulists* era uma subdivisão dos jesuítas que tinham maiores riquezas devido a conhecimentos mais desenvolvidos e estavam presentes até nas Índias Orientais.]

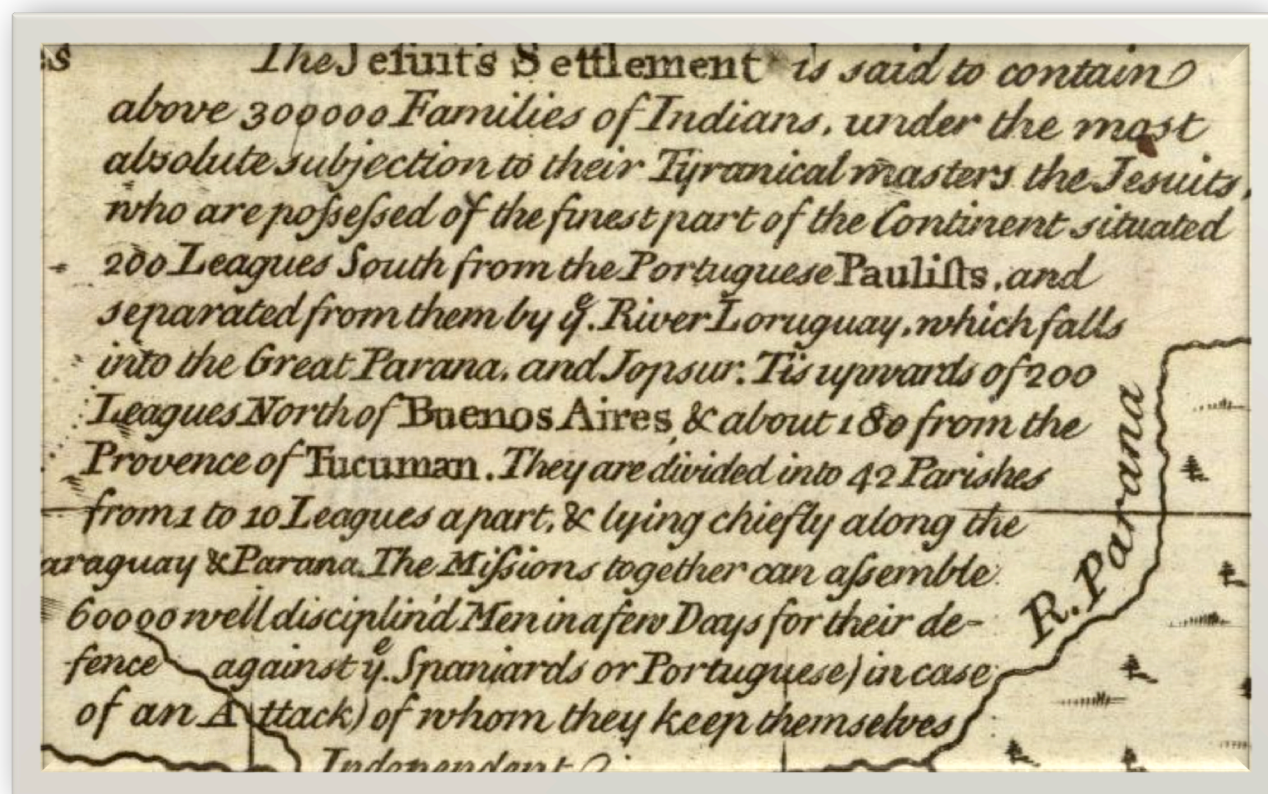


Figura 9: Mapa sobre a presença jesuítica no Brasil central. Fonte: Bowen (1747).<sup>33</sup>

São descritas as aldeias jesuíticas que controlariam mais de 300.000 famílias indígenas sob um comando tirânico, localizadas ao longo dos rios Paraguai e Paraná. As missões poderiam, segundo o autor, se dispor de 60.000 homens extremamente disciplinados em questão de dias, caso houvesse ameaça espanhola ou portuguesa, em busca de se manter como poder independente na região.

Tal excerto parece trazer à lume um alerta aos exploradores do Brasil central da força contida nas missões jesuíticas, revelando um agente concentrador de poder em determinados territórios interioranos, o que se mostraria um grave empecilho aos desejos portugueses de expansão e controle dessas terras. A busca de aprisionamento dessa, então vista, mão-de-obra selvagem encontrou suas limitações, forçando as bandeiras a assumir um caráter ofensivo, provocando conflitos diversos, tanto entre ameríndios livres e bandeirantes, quanto entre as bandeiras e as missões jesuíticas. Os obstáculos foram se acumulando,

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/vCL7LZ>>. Acesso em: 14 de outubro de 2014.

progressivamente, e pode-se começar a compreender uma das razões pelas quais passou-se a importar escravos africanos à colônia.

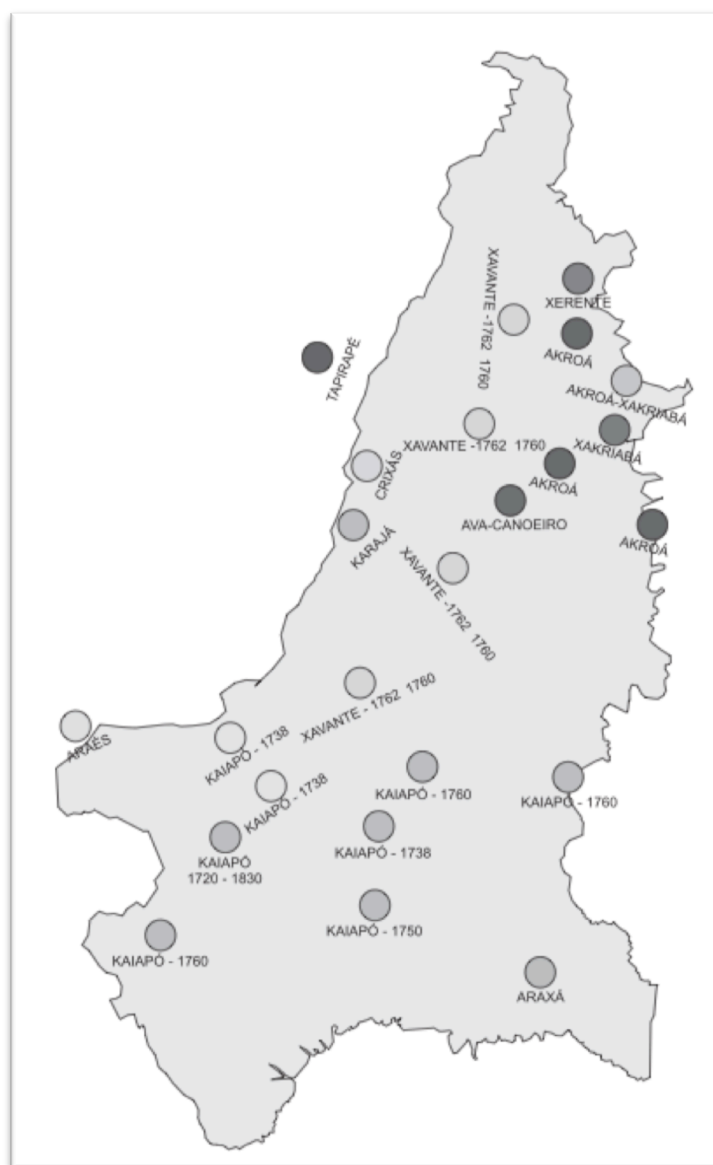
Havia algum conhecimento à época sobre as populações nativas a serem encontradas. Segundo Bertran (2011, p. 139-141), Anhanguera II, em suas expedições durante a década de 1720, esperaria encontrar os índios Caiapó, Carapitanguá, Araxá, Quirixá, Goiás, Bareri e Carajaúna, entre outros. Mattos (1980, p. 196-201), por sua vez, indica que houve uma série de erros historiográficos com relação à presença, especificamente, dos índios *goyá* pelas terras que, mais tarde, iriam compor a Capitania de Goyaz. Segundo este autor, a expedição, em 1722, de Anhanguera-Filho, havia anunciado a descoberta de ouro aluvionar “na capitania do sertão dos Goíases” e, por isso, continuamente se afirmaria que os índios *goiá* haviam habitado as terras do Planalto Central, onde teria se dado tal proliferação aurífera, mas defende o autor que a sua localização precisa se dava, desde o século XVI, no planalto do Piratininga, hoje estado de São Paulo. Deve-se lembrar que, nos anos de 1720, a Capitania de Goyaz ainda não estava criada e as terras do Planalto Central faziam parte de São Paulo. Assim, torna-se compreensível que haja um possível equívoco quanto ao termo “capitania do sertão dos Goíases”, havendo certa ambiguidade, podendo fazer referência tanto às terras paulistas quanto às goianas, pois ambas ainda pertenciam à administração Piratininga. Portanto, a tribo indígena que daria o nome à Capitania de Goyaz não seria de lá e seria fruto de inconseqüências historiográficas.

Quintela (2006, p. 47), apoiado em Bertran, indica que

o significado etimológico do gentílico *goyá*, salientando que a raiz semântica *guayá* e *goyá* vem do tupi “gente da mesma raça”, “parecido”, “indivíduo semelhante”. Destarte, o termo *goyá* é apresentado como contraposto a *tapuia*, sendo ambos de origem lingüística tupi. O índio *goyá* seria o indivíduo semelhante aos tupis enquanto que por meio da denominação genérica *tapuia* ficariam englobados todos os povos indígenas de procedência não tupi-guarani – principalmente aqueles do interior – ou todos aqueles grupos tribais cujas línguas pertenciam a outro tronco lingüístico.

Através dessa leitura semântica, o termo *goyá* poderia ser simplesmente um referencial lingüístico para povos semelhantes, do ponto de vista do tupi. Pode-se colocar em questionamento, portanto, se houve necessariamente uma tribo assim denominada especificamente, ou se trata de uma confusão histórico-lingüística enraizada na história brasileira.

Boaventura (2007, p. 59) indica-nos, segundo a figura 10, quais tribos estariam em abundância pelo território equivalente à Capitania de Goiás, com algumas indicações temporais, e não há indício algum da presença de qualquer tribo que pudesse dar nome às terras do Planalto Central:



**Figura 10: Iconografia a respeito da distribuição das aldeias indígenas. Fonte: Boaventura (2007, p. 59).**

A figura 11, tábula (representação cartográfica) confeccionada por Joane Blaeu<sup>34</sup>, de 1640, descreve, entre outros, as principais tribos indígenas que

<sup>34</sup> Joane Blaeu (1596-1673) foi um notável cartógrafo holandês de sua época, tendo sido nomeado cartógrafo oficial da Companhia Holandesa das Índias Orientais.



poderiam ser encontradas em terras brasileiras. Ferreira<sup>35</sup>, Dantas<sup>36</sup> e Simonini<sup>37</sup> (2012) destacam que, apesar do título "*Nova et accurata Brasiliae totius tabula*" [Nova e precisa tábula de todo Brasil], há ainda um vasto desconhecimento de terras interioranas em comparação às litorâneas e às rotas marítimas.

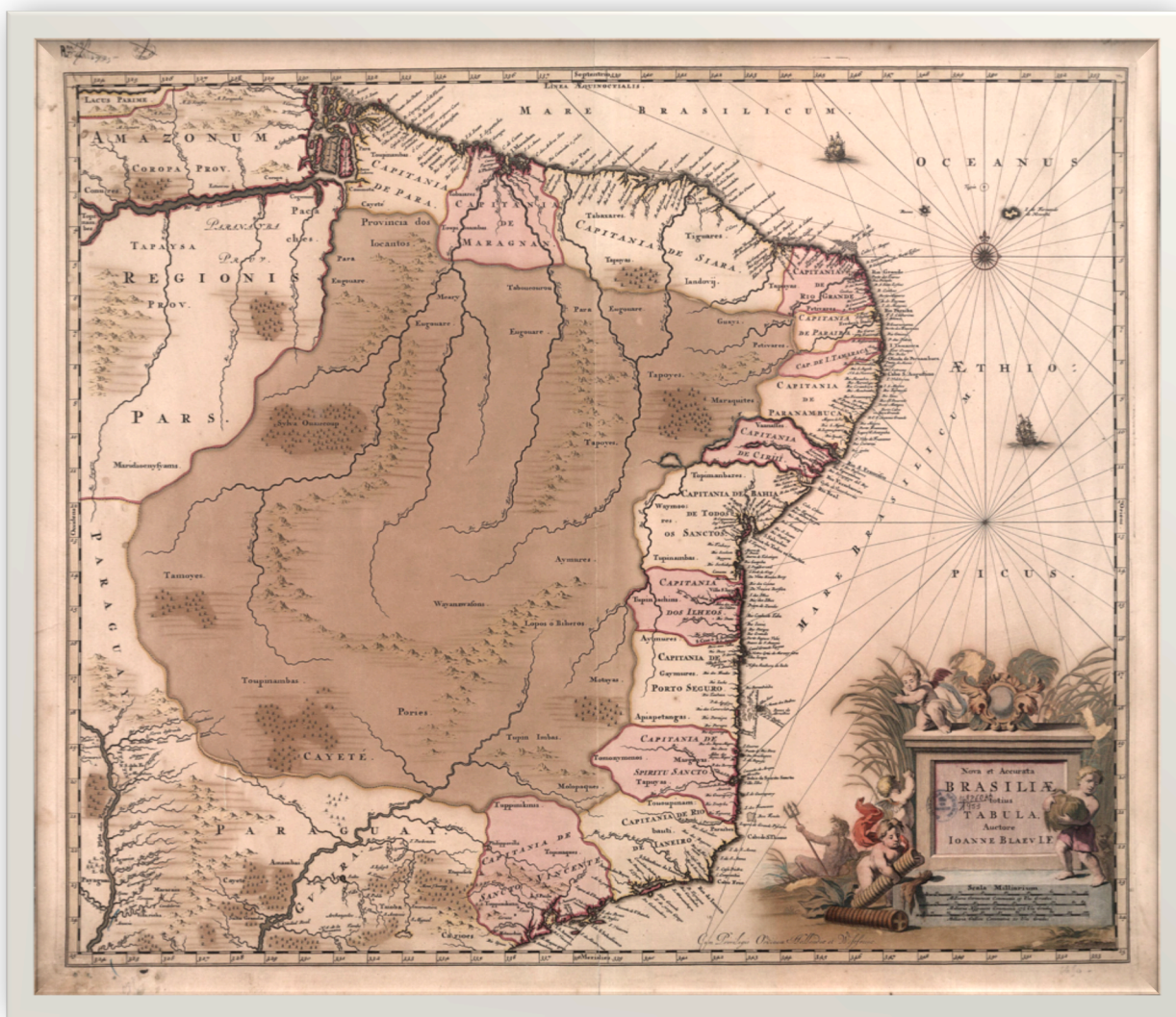


Figura 11: Nova e precisa tábula de todo Brasil. Fonte: Joane Blaeu (1640).<sup>38</sup>

<sup>35</sup> Angela Ferreira é graduada em Arquitetura e possui doutorado em Geografia pela Universitat de Barcelona. Hoje é professora associada da UFRN.

<sup>36</sup> George Dantas é graduado em Arquitetura e Urbanismo e possui doutorado em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Hoje é professor associado da UFRN.

<sup>37</sup> Yuri Simonini é graduado em História e é atualmente doutorando em História pela UFMG.

<sup>38</sup> Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart168860.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart168860.jpg)>. Acesso em: 08 de outubro de 2014.

Nas terras do interior colonial, encontrariam-se, segundo Blaeu, as tribos *Molopaques*, *Tupin Imbas*, *Motayas*, *Pories*, *Toupinambas*, *Aymures*, entre outros. Segue aproximação do recorte cartográfico a ser analisado.



**Fonte: Joane Blaeu (1640)**

Nota-se que, novamente, não há anotação de qualquer tribo Goyá, Goiás ou qualquer outro similar, mas deve ser reforçada a discrepância contrastante entre a quantidade de informações referentes litorâneas e interioranas, o que nos leva à dedução de que havia, certamente, uma população indígena de maior porte em áreas não-litorâneas e que não era identificada à época, mantendo-se o tema ainda em caráter inconclusivo.

Complementando-se, há consenso, entre os autores mais aprofundados na história brasileira do século XVIII, de que são poucas as fontes que deem dados confiáveis quanto ao número de tribos que habitavam as terras goianas e quais estas seriam especificamente, tornando a tarefa de esclarecer este ponto ainda mais distante da realidade dos materiais históricos disponíveis aos pesquisadores do século XX e XXI. Pode-se colocar à crítica tanto a presença da tribo dos goiases nas terras centrais brasileiras, assim como a própria existência de qualquer grupo indígena assim denominado, não havendo sustentação firme quanto ao tema.

Num esforço de sintetizar a urbanização aurífera goiana, Salles<sup>39</sup> (1992, p. 61) promove uma cronologia que se faz útil para direcionar o debate:

Uma seqüência cronológica do encontro do ouro indica que os núcleos mineradores dos primeiros anos de ocupação situaram-se nas proximidades de Sant'Anna, às margens do rio Vermelho, entre 1725 e 1731, contando-se, entre eles, o de Barra, Ferreiro, Anta, Ouro Fino, Santa Rita e Pilar, seguindo-se-lhes o de Santa Cruz, afastado na direção de São Paulo, em 1729; vêm depois os achados de Meia Ponte, em 1731. Voltando-se para o norte, ladeando o rio Tocantins, entre 1730 e 1736, surgem as minas do Maranhão, Água Quente, Traíras, São José e Cachoeira, e, ao mesmo tempo, nas proximidades do rio Crixás, as minas do mesmo nome. A sucessão de descobertas ainda continua para o Nordeste entre 1735 e 1741, com os núcleos de Natividade, São Félix, Pontal, Porto Real, Arraias, Cavalcante e Pilar. Volta a seguir para o sul da Capitania, não muito distante de Sant'Anna, entre 1746 e 1749, com os achados do Carmo, Santa Luzia e Cocal. Na década posterior, vêm as minas de Bonfim, Tesouras e, somente em 1809, casualmente surge o núcleo aurífero de Anicuns, próximo à Capital. Com o correr do tempo, da simples coleta passou-se a uma preocupação maior com prospecção. Mineiros da Bahia, elementos do Pará, Maranhão e Piauí vieram para a região.

Curado (2004, p. 208) organiza o surgimento dos primeiros arraiais goianos em duas fases: a primeira se deu a partir da chegada da bandeira de Anhangüera-filho no sertão de Goiás, em 1726, e a segunda em 1729. Aquela teria sido caracterizada pelo surgimento de minas às margens do Rio Vermelho (como a do arraial de Sant'Anna, futura Cidade de Goiás), mas que em poucos anos começariam a apresentar uma decadência mineralógica. Com isso surgiu a agricultura em substituição a parte das atividades extrativistas, havendo também a organização de bandeiras em procura de novos leitos auríferos. Obteve-se sucesso na comandada por Silva Ortiz que "partiu de Sant'Ana em 1729, rumo sudoeste, e encontrou as jazidas dos rios Claro e Pilões (...) dando origem a vários arraiais (...)". Assim surgiriam os demais núcleos urbanos, caracterizando a segunda fase da "colonização goiana".

Boaventura (2007, p. 66) traça um panorama político, representado na figura 12, que o arraial de Sant'Anna teve para a colônia brasileira como um todo. A autora ressalta o peso estratégico que esse aglomerado urbano teve por se localizar além do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, o que também tem destaque em Lemes (2013, p. 186) onde se denota a vitalidade geopolítica que a fundação de núcleos urbanos nessa região do país teve para a consolidação de fronteiras a

---

<sup>39</sup> Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles é doutora pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

oeste. Abaixo segue a figura 12, representação da localização de Vila Boa de Goiás com relação à divisão entre os impérios português e espanhol nas Américas:



**Figura 12: ilustração referente à localização de Vila Boa de Goiás. Fonte: Boaventura (2007, p. 66).**

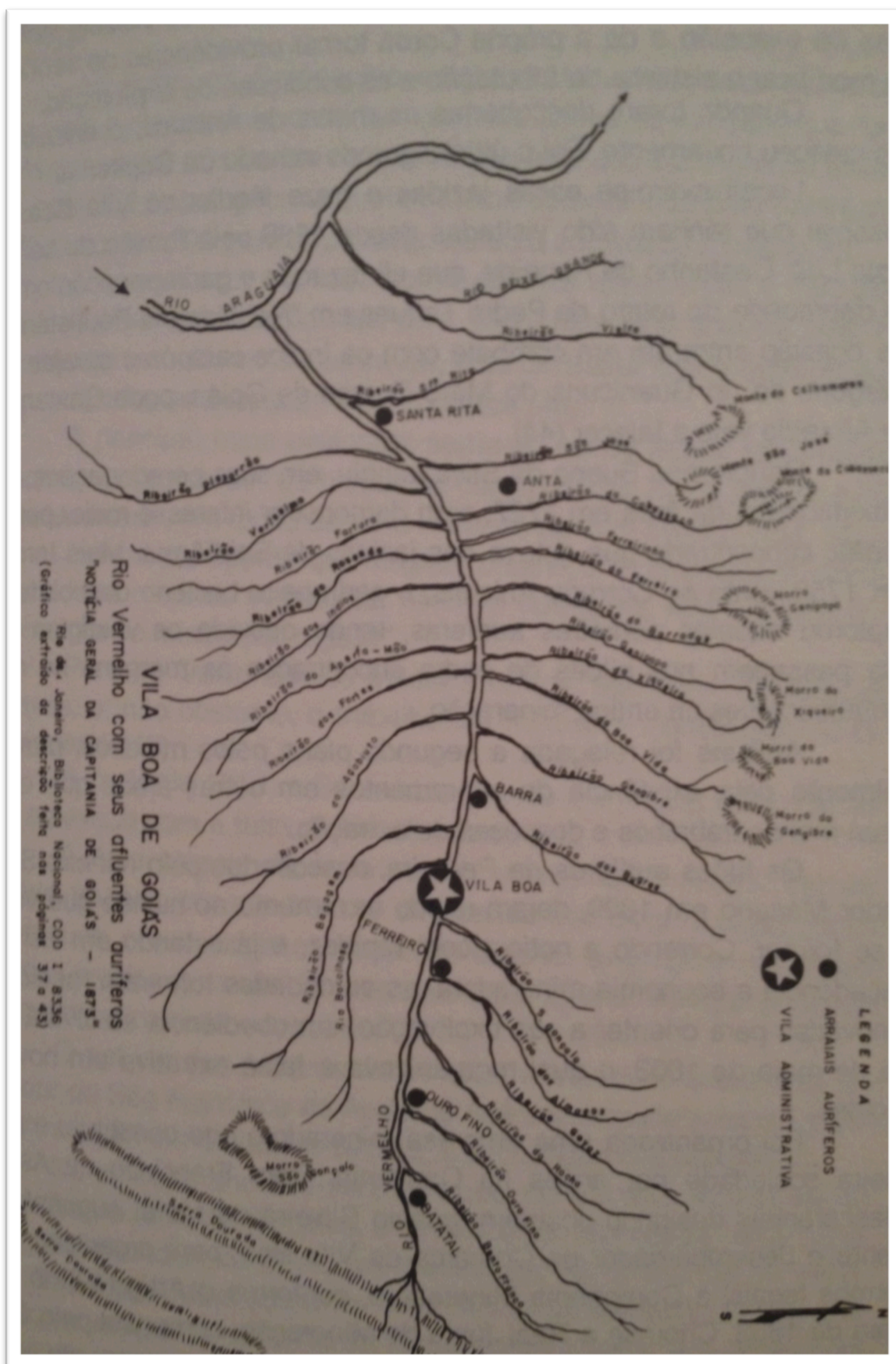
Portanto, demonstra-se com nitidez o papel geopolítico dos aglomerados urbanos para o panorama colonial brasileiro. Podemos identificar que o arraial de Sant'Anna, futura Vila Boa de Goiás, inserido na primeira fase de colonização goiana, foi primordial para o aprofundamento da dimensão territorial, tanto na escala regional quanto nacional, ao adentrar limites politicamente condenáveis. A base historiográfica aqui levantada nos auxilia em compreender esse movimento de expansão do território brasileiro, dando outras feições à colônia.

Retornando a Curado (2004, p. 208), pode-se elucidar a questão do início da formação urbana em Goyaz de forma lúdica através dos já suscitados dois períodos

de "colonização goiana". Deve-se levar em conta o sentido didático desta divisão, propondo-se – de maneira visível – uma organização vertical da história, enfocando-se em acontecimentos rígidos e "etiquetáveis", fugindo da nossa proposta, fincada em Braudel (1970), de uma história horizontal (de *longue-durée*). Apresenta-se tal periodização como uma estratégia inicial para vislumbrar o aporte urbanístico da época, mas a construção total será dada no sentido de promover uma relação contínua entre os fatos, com enfoque nas dinâmicas diversas do espaço. O tempo, elaborado pela historiografia, complementar-se-á à nossa proposta última de discutir a formação espacial brasileira, com enfoque em Goiás.

A primeira fase da "colonização goiana" seria respectiva aos arraiais fundados ao longo do rio Vermelho, que trariam as primeiras feições urbanísticas goianas e se desenvolveriam em virtude de uma centralidade exercida pelo arraial de Sant'Anna, futura Vila Boa de Goyaz e atual Cidade de Goiás. Salles (1992, p. 83) identifica a espacialização do referido período, segundo a figura 13:





Durante essa fase, fundaram-se sete aglomerados ao longo do Rio Vermelho, polarizadas pelo arraial de Sant'Anna. Aqui surge uma notória influência urbanística, onde se demonstrou o *objetivo* aurífero – comum aos demais arraiais –, mas com um *sentido* político-administrativo que acarretaria ao principal núcleo urbano o status e *função* de 'Vila'. Apresenta-se uma primeira regionalização colonial goiana, demonstrando os efeitos de territorialização que a prática de extração do ouro acarretou a essas localidades. Dá-se prosseguimento à questão imaginando as conexões sócio-político-econômicas produzidas entre os arraiais e a formação paulatina de uma sub-rede que se conectaria, futuramente, com as partes restantes de Goyaz.

A partir da ocupação das margens do Rio Vermelho, outros movimentos fundadores foram se dando em terras goianas, caracterizando a segunda fase de colonização goiana, polarizada por Meia Ponte (atual Pirenópolis).

Bertran (2011, p. 167-170) descreve as demais bandeiras lançadas por Anhanguera-filho, então Superintendente das Minas<sup>40</sup>, que foram responsáveis pelo descobrimento de mais lavras de ouro e fundação de aglomerados urbanos futuros. De grande destaque foi a bandeira conduzida por Urbano do Couto Menezes e financiada por Manoel Rodrigues Tomar:

Manoel Rodrigues Tomar, português, foi o maior descobridor de minas da história de Goiás: fundou Pirenópolis [antiga Meia Ponte] (1731), possivelmente Santo Antônio do Campo do Maranhão ou do rio São João (1732), talvez o Córrego do Jaraguá e seguramente os arraiais, outrora opulentos, de Água Quente (1732), hoje extinto, Trairas (1735), em processo de extinção, e ainda São José do Tocantins (1735) – a jubilosa Niquelândia.

Saint-Hilaire<sup>41</sup> (1975, p. 37), viajante francês que fez grandes explorações pelo Brasil no século XIX, disserta sobre a criação e desenvolvimento de Meia Ponte denotando suas características centrais e curiosidades com relação aos demais aglomerados urbanos fundados à época:

---

<sup>40</sup> "A superintendência das Minas foi criada inicialmente como Provedoria das Minas, pelo regimento das terras minerais do Brasil de 15 de agosto de 1603, visando administrar as descobertas de minas de ouro, prata e cobre, bem como regular sua distribuição." **Fonte:** Memória da Administração Pública Brasileira.

<sup>41</sup> Auguste François César Prouvençal de Saint-Hilaire (1779-1853) foi um viajante e botânico francês, tendo percorrido o Brasil durante a primeira metade do século XIX.

O local onde hoje está situado o arraial foi descoberto em 1731 por um certo Manoel Rodrigues Tomaz. Os primeiros que se estabeleceram ali foram os caçadores de ouro, que queriam explorar as margens do Rio das Almas. Entretanto, como o povoado que então se formou ficasse situado na junção das principais estradas da província e por ali passasse antigamente um grande número de tropas, os seus habitantes, certos de que poderiam vender proveitosamente os produtos da terra, logo desistiram dos trabalhos de garimpagem (...) Foram eles, ao que parece, os primeiros em toda a capitania que tiveram a glória de se dedicar ao cultivo da terra. (...) Ainda hoje a maioria dos habitantes de Meia-Ponte se dedica à agricultura e como só vão ao arraial aos domingos, as casas permanecem vazias durante toda a semana. (...) Os rolos de fumo e o toucinho são enviados não somente para Vila Boa, mas também para vários arraiais do norte da província. (...) o algodão produzido ali é de excelente qualidade.

Os habitantes de Meia Ponte teriam se organizado de forma diferente aos demais povos próximos, devido às vantagens de se encontrar no ponto de encontro de importantes estradas da província, como demonstrado por Bertran (1978, p. 26). Passavam por ali as estradas que iam de Vila Boa (atual Cidade de Goiás) a Cuiabá, de Santa Cruz a São Paulo, de Santa Luzia (atual Luziânia) a Paracatu. Portanto, a cidade foi desenvolvendo características próprias vinculadas à passagem frequente dos viajantes pelas estradas, subsistindo apesar da decadência aurífera justamente por sua *função* polarizadora. A importância de sua localização foi tamanha que será indicada a capital da futura Capitania de Goyaz, como discutiremos no próximo capítulo.

Nas palavras de Frota Neto (1978, p. 26):

A função de troca comercial exigiu, portanto, um ordenamento de mercado ao mesmo tempo em que propiciou – ao contrário da época açucareira – uma integração maior entre os pequenos núcleos urbanos. Os interesses econômicos da metrópole ensejaram a necessidade da criação e funcionamento de um sistema de fiscalização mais local, enriquecendo a estrutura administrativo-fiscal desses pequenos centros.

Temos, adiante, ilustrações do que seria Meia Ponte em sua época de fundação (década de 1730) e em fins do século XIX, vendo-se na figura 14 a configuração da planta da cidade – segundo a historiografia oral – e, na 15, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário ao fundo, construída entre 1743 e 1757, que seria a igreja paroquial da cidade segundo Saint-Hilaire, assim como as ruas largas, retas e calçadas. (1975, p. 36).



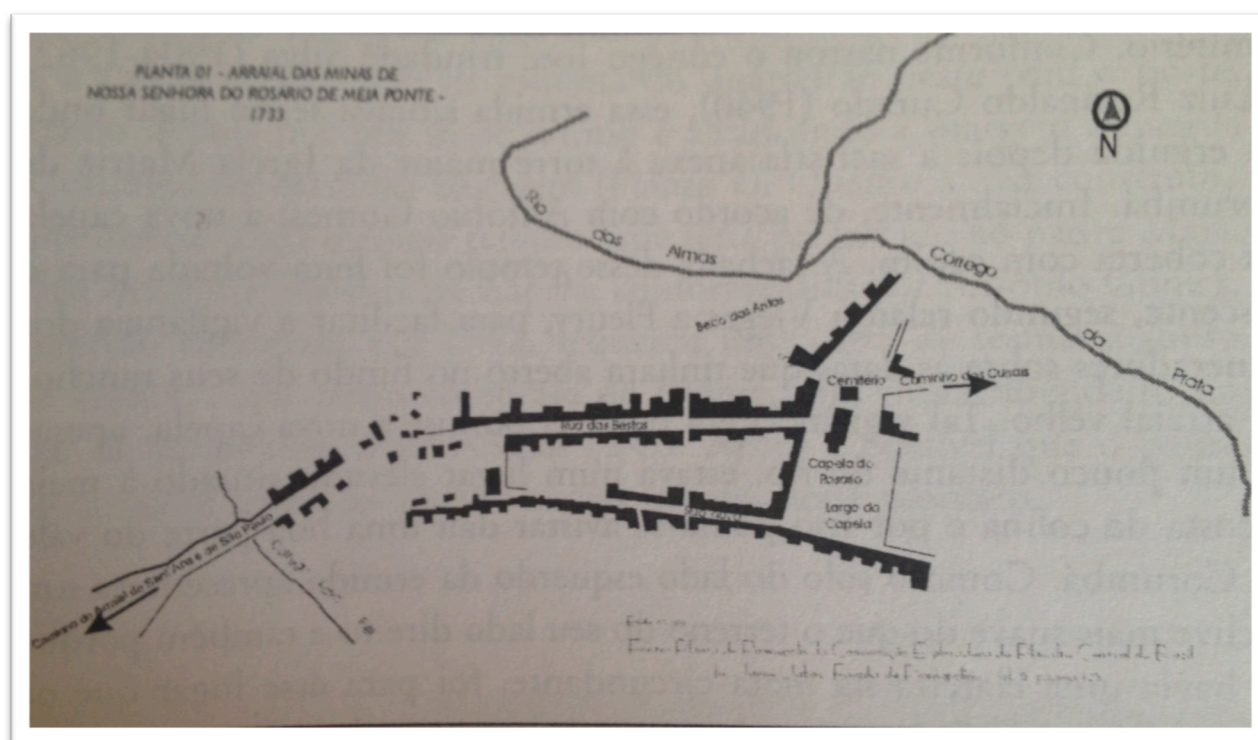


Figura 14: Planta de Meia Ponte. Fonte: Curado (2004, p. 223).

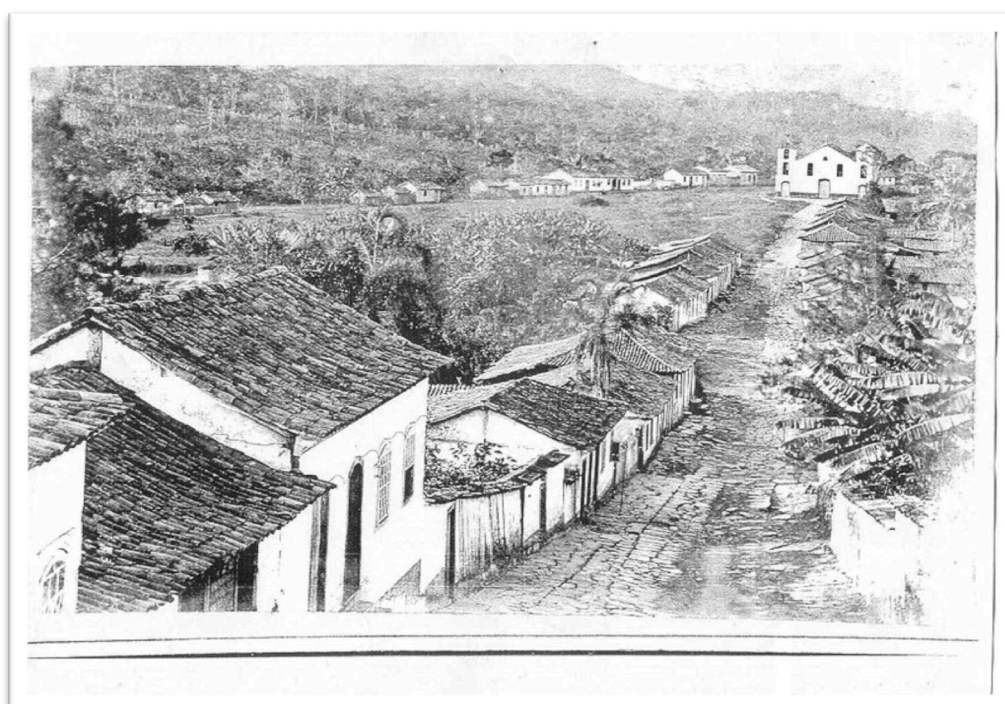


Figura 15: Ilustração de Meia Ponte do século XVIII. Fonte: Domínio Público (1886).<sup>42</sup>

<sup>42</sup> Disponível em:

<<http://www.pirenopolis.tur.br/multimidia/imagens/Antigas/Ruas%20e%20Paisagens>>. Acesso em 18 de junho de 2014.

Aliando-se ambas as imagens de Meia Ponte, podemos concluir que a rua de acesso à Igreja do Rosário seria o que está denominado por 'Largo da Capela' e, ao fundo e à esquerda, a 'Rua dos Bestas'. A igreja, e sua praça, representariam o entrecruzamento das ruas, o que sempre se fez dominante no urbanismo colonial brasileira.

As bandeiras prosseguiram o aprofundamento do território goiano além/a partir dos arraiais fundados, chocando-se com os povos nativos daquela área, descobrindo veios auríferos ricos e implantando a infraestrutura necessária para que a extração fosse realizada da forma mais produtiva e rápida possível. Depois que as riquezas eram distribuídas, o ponto era abandonado e prosseguia-se para as minas próximas num movimento cíclico, onde a terra não representava riqueza e sim o ouro nela contido (COSTA, 2009, p. 92).

Segundo Serra (1987), a formação de um aglomerado urbano gera uma série de necessidades biológicas, sociais e culturais que determinam se tal aglomerado vá prosseguir evoluindo urbanisticamente ou se irá decair. As necessidades que vão surgindo levam a uma cooperação entre as pessoas que lá se encontram e cria-se uma divisão do trabalho, o espaço será trabalhado e remodulado segundo a técnica disponível e os objetivos buscados. Tais aglomerados irão se desenvolver paulatinamente e objetos *fixos* serão erigidos a partir e em função de *fluxos* estabelecidos (SANTOS, 1997, p. 77-82), determinando o início do patrimônio urbano e, assim, a cidade cresce, se aprofunda e intensifica. O espaço surge como reflexo do trabalho humano e a sociedade ali construída reflete a paisagem que se ergue à sua volta. O mesmo não deixou de ocorrer com os aglomerados urbanos goianos no século XVIII. Muitos tiveram características efêmeras, em que apenas se visava a atividade extrativista, e prontamente eram abandonados. Mas há casos em que os aglomerados urbanos se desenvolveram e tais localidades foram adquirindo determinadas *funções* intra e interurbanas, como o desenvolvimento do comércio, da função administrativa, de uma infraestrutura voltada aos peregrinos da época, etc, que lhe deram sobrevida e classificando-os como casos atípicos com relação ao resto dos aglomerados urbanos que pouco duravam. Mantinham-se as feições das sub-redes indicadas; expandiam-se os caminhos e as rotas; e ambos os polos urbanos do sul das terras goianas se destacavam de acordo com suas funções político-administrativas e comerciais.

Isto se passou com relação ao arraial de Sant'Anna e ao arraial de Meia Ponte, tendo ambos uma *função* polarizadora, definindo duas possíveis sub-redes em âmbito local e que, através dos fluxos estabelecidos à época, formariam uma rede composta por uma série de núcleos urbanos com características diversas e interrelações específicas. Assim, atingimos um entendimento plural do que seria a coadunação entre o que Curado (2004, p. 208) distinguiu por 'primeira' e 'segunda fase de colonização goiana', visualizando-se o complexo urbanístico formado a partir das atividades auríferas. A partir desse momento da história goiana, as funções político-administrativas vão se intensificar e surge um aprofundamento da malha urbana em Goyaz, visualizada a seguir.

## **5. DESENVOLVIMENTO DO APARATO URBANO-BUROCRÁTICO MINERADOR: A COROA, A IGREJA E AS ESTRADAS.**

Bertran (2011, p. 188) indica que a doação de terras enquanto Goiás pertencia à Capitania de São Paulo (1722-1748) tinha um caráter mais livre e havia pouquíssima fiscalização quanto à apropriação das porções de terra. O caráter urbano-burocrático goiano se complexificaria apenas com a criação da Capitania de Goyaz em 1749. Deve-se lembrar que a ocupação das terras coloniais mais ao poente foram de suma importância para a consolidação dos limites territoriais brasileiros que perduram até os dias de hoje, pois as feições dispersivas da mineração levavam à fundação de novos aglomerados urbanos além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (1494), redefinindo-se legalmente apenas a partir do Tratado de Madrid (1750).

Sobre a doação e ocupação de terras no período colonial, Geiger (1963, p. 77) destaca que quando um grupo de pessoas ou fazendeiros ocupava determinada localidade com a intenção de fundar um novo aglomerado urbano, oferecia-se a terra à Igreja ou a santos específicos. Essa característica pode remeter a Costa e Andrade (2012, p. 11), quando os autores põem em relevância o papel que a Igreja (ordens terceiras e irmandades) tinha para o ordenamento da sociedade civil na zona da mineração, enquanto que o aspecto político-administrativo era conduzido pela Coroa. Assim, a doação de terras goianas sob a administração paulista era bastante branda e vinculava-se diretamente ao âmbito religioso, o que é visível com

alguns poucos exemplos de núcleos urbanos já citados: Santa Luzia, Santo Antônio do Campo do Maranhão, São José do Tocantins, Sant'Anna, Santa Rita, Santa Cruz, etc.

Moraes (2000, p. 268-269) explicita quais eram as formas urbanísticas derivadas da atuação eclesiástica em terras brasileiras:

A atuação da Igreja Católica no processo colonizador também gera algumas formas de assentamento peculiares. Em primeiro lugar, se podem mencionar os *aldeamentos*, que constituem um tipo específico de assentamento gerado pela colonização. Esses agrupamentos de índios “pacificados”, dirigidos por agentes eclesiásticos, cumpre funções vitais para a vida das colônias, seja como receptáculos de estoques de mão-de-obra, seja no abastecimento de produtos indígenas, seja ainda na defesa das instalações européias. Geralmente, as populações aldeadas localizam-se nos entornos dos outros tipos de assentamentos comentados, constituindo prolongamentos de tais núcleos. Uma outra forma de ocupação derivada da ação colonial da Igreja é a *missão*, uma “instituição de fronteira” estabelecida nas zonas sem grandes atrativos para a colonização ou nos limites dos territórios coloniais. A principal diferença desse tipo de assentamento eclesiástico em relação ao anterior reside na busca de autonomia e isolamento que orienta a organização dos núcleos missionários, quase sempre localizados em áreas marginais aos grandes eixos de circulação das colônias.

A partir desse entendimento urbanístico a respeito da atuação eclesiástica, Veríssimo (1961, p. 28-29) aponta as intenções jesuíticas em proteger o indígena e em fundar as reduções por todo o Brasil:

(...) o colono precisava escravizar o índio, para ter do homem o braço trabalhador e da mulher o suplemento de suas necessidades sexuais. Agia, sem querer, no quadro político enquanto o jesuíta se colocava, **por piedade**, no humano. Êste, procedendo assim, tornou-se um elemento perturbador da vida do primeiro (...) como solução, funda as reduções, ou seja, funda aldeamentos onde reúne o índio e o coloca fora da ação do colono. Mais. Onde, por lei, êsse índio aldeado não pode ser escravizado pelo colono. Desde o ano de 1593 até ao de 1746, ou seja, durante 153 anos, conseguiram os jesuítas fundar cerca de 33 reduções. E começaram pela região entre o Paraná e o Paraguai – faixa neutra entre as penetrações espanholas e portuguesas. [Grifo nosso]

O autor destaca a ação protetora dos jesuítas e, com isso, o embate dado com os exploradores que buscavam o nativo para servir de mão-de-obra. Estabeleciavam-se as reduções, mas deve-se destacar o fato delas iniciarem-se no que o autor chama de 'faixa neutra entre as penetrações espanholas e portuguesas', área de extremo interesse para os projetos colonizadores das coroas ibéricas. Deve-se recorrer, novamente, ao mapa de Bowen (figura 9), confeccionado em 1747 (p. 33),

que serve de ilustração justamente na questão da localização do poder jesuítico e do seu real impacto nas políticas coloniais.

Saint-Hilaire (1975, p. 62) descreve-nos como se deu a construção, em 1755, e manutenção de uma aldeia destinada a servir de moradia para grupos indígenas, a cinco léguas de Vila Boa, sendo esta aldeia a de São José de Mossamedes (hoje em dia chamada apenas de Mossâmedes):

Essa aldeia, habitada pelos índios Caiapós, ou Coiapós, como se diz geralmente na região, não foi originariamente destinada a essa nação indígena. (...) O governo português, geralmente generoso em relação aos índios, tomou-os sob sua proteção, expedindo ordens para que fossem tratados com doçura, mandando chamar jesuítas para que os catequizassem e civilizassem, determinando que não fosse poupada nenhuma despesa e se fizesse um inquérito contra os seus carrascos. É grande, porém, a distância entre Lisboa e Goiás, e essas medidas bem-intencionadas não surtiram nenhum resultado. Não obstante, foram fundadas algumas aldeias, com grande dispêndio de dinheiro, entre elas as do Douro e de Formiga (1749), perto do Arraial das Almas, na parte setentrional da província. Inicialmente, foi confiada a direção dessas aldeias aos jesuítas, que logo exerceram sobre os Acroás ali reunidos uma enorme influência. Todavia, cinco anos mais tarde foi instalada uma guarnição militar junto aos indígenas. Estes se revoltaram e a maioria foi massacrada. No governo do Capitão-geral José de Almeida, Barão de Mossamedes, por volta de 1773 ou 1774, eles tornaram a se revoltar. Os chefes foram executados, e o resto aprisionado e levado para as proximidades da capital, onde todos os cativos foram instalados numa aldeia construída em 1755 a 5 léguas de Vila Boa. Era a Aldeia de S. José de Mossamedes, ou S. José, como é simplesmente chamada, nome dado em homenagem ao capitão-geral. Os Acroás não tardaram a se extinguir ou se dispersar, e por volta de 1781 foram substituídos pelos Javaés e os Carajás, trazidos da Aldeia da Nova Beira, no norte da província, os quais por sua vez não tardaram a desaparecer. (...) Tão logo foi descoberta a Província de Goiás começou a guerra entre os aventureiros paulistas e os índios Coiapós, que vagueavam a sudoeste da província por vastas extensões de terras praticamente inexploradas. (...) As hostilidades se prolongaram até 1780, quando então um simples soldado chamado Luís (...) tomou a si o encargo, sob a proteção do Capitão-geral Luís da Cunha Menezes, de subjugar os Coiapós (...) Aproximavam-se, com sinais de amizade, de todos os Coiapós que encontravam e conversavam com eles ajudados por três intérpretes. (...) por fim conseguiram convencer um certo número deles a acompanhá-los até Vila Boa para conhecerem o grande capitão (...) No mês de maio de 1781 duzentos e trinta e sete Coiapós fizeram sua entrada em Vila Boa sob o comando de dois caciques (...) O capitão-geral mandou construir para todos eles, a 11 léguas da capital, uma aldeia que recebeu o nome de Maria, em honra de D. Maria I, Rainha de Portugal. Ali se instalou uma população composta de 600 Coiapós. (...) Entretanto, depois que os Javaés e os Carajás foram extintos, a Aldeia de S. José ficou desabitada. Sendo um pouco menos distante da capital que a Aldeia Maria, julgou-se provavelmente que seria mais econômico abandonar esta última, e em época bem recente os Coiapós foram transplantados para S. José, apesar do apego que tinham à sua primeira aldeia.

Demonstra-se, através do exemplo acima, a força que detinha o nexa Coroa – Igreja, onde aquela diagnosticava alguma área conflituosa em terras coloniais de interesse extrativista e, então, remetia a esta a função de apaziguar os referidos locais, para poder formar então aldeamentos destinados a conter, "civilizar" e, até certos limites, fazer uso da mão-de-obra indígena que ali se manifestava, voltada principalmente para a agricultura. Estabelece-se um tipo diverso de formação de aglomerado urbano, fugindo ao caso de urbanização mais comum que era dada a partir da extração aurífera que, então, atraía uma grande parte da população das vizinhanças, estabelecendo-se uma confluência que gerava, por sua vez, uma comunidade determinada. Demonstra-se o impacto urbanístico que os conflitos com povos nativos tinham (desde a desterritorialização provocada pela expulsão dos nativos de suas aldeias até a reterritorialização dada na construção de agrupamentos específicos), forçando uma interação entre esferas de poder diversos que objetivavam organizar a extração do ouro de forma menos turbulenta e mais produtiva possível.

Saint-Hilaire (1975, p. 64-65) continua a descrição da aldeia de São José, descrevendo que os caiapós ali residentes estavam sob a tutela imediata de um destacamento militar e que trabalhavam cinco dias por semana, tendo o domingo e segunda-feira livres para poder caçar ou realizar cultivos próprios. As famílias cultivavam a terra em comum durante o restante da semana e toda a produção era redistribuída aos próprios indígenas de acordo com as suas necessidades, sendo o excedente vendido para que fosse possível a compra de sal, fumo, tecidos de algodão, utensílios de ferro, etc. O viajante esclarece que esse tipo de agrupamento não satisfazia à tribo e que fugas eram frequentes, havendo a necessidade de recapturá-los.





**Figura 16: Mapa de Goyaz. Fonte: Vandermaellen (1827).<sup>43</sup>**

Acima, na figura 16, temos uma ilustração referente a Goyaz, confeccionada pelo cartógrafo belga Philippe Vandermaellen (1795–1869), em que se pode visualizar, logo abaixo de Villa Boa, a aldeia de Mossâmedes. Pode-se entendê-la como um prolongamento da sub-rede do rio Vermelho que é, por sua vez, polarizada por Vila Boa, fazendo referência à conceitualização proposta por Moraes (2000, p. 268-269). Há uma clara relação de dependência entre a formação urbana gerada por uma necessidade administrativa da Coroa e gerenciada de maneira eclesiástica, com a Vila polarizadora mais próxima, estabelecendo uma confluência entre essas fontes de poder tão vitais ao período colonial brasileiro. Em Goyaz isso também se refletiu, como podemos ver no caso empírico de Mossâmedes, formando uma feição urbanística outra e que teve ampla carga político-administrativa.

O aprofundamento da malha urbanística goiana foi consolidando-se com a proliferação de arraiais e com a influência cada vez maior do arraial de Sant'Anna e de Meia Ponte. Segundo Boaventura (2012, p. 128), a intensificação da atividade mineradora no interior do país levou a uma necessidade de complexificação administrativa por parte da Coroa e, a partir disso, foram sendo criados bispados e

<sup>43</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/cG1B5B>>. Acesso em: 28 de outubro de 2014.

prelázias que passaram a reconfigurar o domínio territorial dessas terras através, novamente, do nexa Coroa – Igreja. Arraiais fundamentais nessas áreas também foram elevados a vilas, como Cuiabá e Sant’Anna (que passou a ser chamada de Vila Boa de Goiás) e essas fundações serviram para consolidar o desenho territorial brasileiro garantindo-se a vigilância, o direito e a extensão de autoridade sobre a zona mineradora do Brasil central.

Sobre a relação entre a Coroa e a Igreja e seus impactos em terras goianas, Lemes (2013, p. 186-189) nos dá indicações históricas que podem servir de ilustração:

A criação da prelazia de Vila Boa de Goiás obedeceu a um calendário intimamente associado às negociações estabelecidas entre Lisboa e Roma. Em consulta ao governador da Capitania de São Paulo, em 1719, membros do Conselho Ultramarino em Lisboa já revelavam preocupações com relação à necessidade de se criarem novos bispados que tivessem atuação no interior da América portuguesa. (...) Como o monarca português havia determinado a criação dos novos bispados e prelázias na América, o papa Bento XIV promulgou, em 1746, a Bula *Candor Lucis Eternae*, erigindo as dioceses de São Paulo e Mariana, bem como as prelázias de Goiás e Cuiabá. Escorando-se nas possibilidades abertas pelo padroado régio e em uma estratégia deliberada que visava consolidar a ocupação dos territórios localizados além do meridiano definido pelo Tratado de Tordesilhas, o rei de Portugal obtinha, assim, as bênçãos e o reconhecimento de Roma à sua expansão em direção ao oeste e às violações dos acordos estabelecidos naquele Tratado. Criados os bispados de São Paulo e Mariana em 1745, as prelázias de Goiás e Mato Grosso apenas foram efetivamente instaladas em 1749. Coincidentemente, no mesmo ano do desmembramento da Capitania de São Paulo, em função da criação das Capitanias de Goiás e Cuiabá.

Portanto, a partir da década de 1750, já existia todo um reordenamento territorial na *hinterlândia*, provocado pela necessidade de se confrontar a presença espanhola na região, manter a vigilância sobre as descobertas auríferas e consolidar a presença da Coroa. Essa efetivação deu possibilidade para a expansão ao oeste, consolidando-se as fronteiras brasileiras em áreas que iam muito além da divisão imposta pelo Tratado de Tordesilhas. Bertran (2011, p. 303) também esclarece a questão relacionada ao apoio que o governo goiano deu ao de Mato Grosso quanto às fronteiras com terras ao poente:

Até 1777, com o Tratado de Santo Idelfonso, que ratificava o de Madri (1750), metade do Planalto Central era legalmente espanhola, outra metade portuguesa. (...) Por duas ou três vezes no decorrer do século XVIII, a capitania de Goiás teve que acorrer com tropas à fronteira de Mato Grosso, ameaçada de invasão pelos espanhóis. Em 1760, tão só de Santa Luzia [atual Luziânia], dez homens foram enviados para engrossar o rarefeito



exército português da área. O contributo da capitania goiana para a manutenção da fronteira mato-grossense foi pesado. Entre 1758 e 1803, contribuía, por ordem real, com uma média de dez quilos de ouro, anualmente, para com o erário de Mato Grosso, soma que privava a administração goiana de uma série de realizações governamentais.

Lemes (2013, p. 197-199) discute a relação de dependência que foi criada entre as capitanias de Mato Grosso e Goiás:

Com a nomeação de Marcos de Noronha como primeiro governador de Goiás, a comunicação com as minas de Cuiabá e a transferência de importantes somas em ouro para a Capitania de Mato Grosso estão entre as primeiras instruções do monarca, enviadas em janeiro de 1749. (...) Quanto à ajuda de custo que, de acordo com as instruções de Lisboa, devia encaminhar ao governador de Mato Grosso, Marcos de Noronha se dispôs a ajudar, mas alegou que, inicialmente, não seria possível enviar os recursos financeiros solicitados pelo monarca. Entretanto, não tardou muito para que a Coroa determinasse o estabelecimento de uma contribuição anual em ouro, proveniente das minas de Goiás, com a finalidade de sustentar as tropas militares e remunerar funcionários com a função de demarcar os limites geográficos com a América espanhola. Na verdade, se a intenção de Lisboa era promover a integração espacial do conjunto minerador na América, caberia à Capitania de Goiás, a partir de 1751, o papel de provedora das ações desencadeadas em Mato Grosso. Desde então, o ouro de Goiás passou a garantir o apoio logístico e material indispensáveis para a promoção da integridade da fronteira, por meio da manutenção de atividades militares, demarcação dos limites geográficos do território ocupado pelos portugueses e construção de fortificações, iniciativas que visavam à consecução dos projetos do monarca português contra as pretensões da Coroa hispânica.

Assim, montou-se uma estratégia territorial nas terras interioranas com respaldo da Igreja e ordenamento da Coroa visando, em suma, ocupar e definir as fronteiras ao oeste. A criação de bispados, prelazias, capitanias, elevação de vilas, abertura de estradas, instalação de impostos, entre outros, são as feições que melhor definem esses tempos na Geohistória brasileira, surgindo um nítido desenvolvimento do aparato urbano-burocrático minerador. Toda essa complexificação, relacionando esferas de poder distintas e unindo territórios tão distantes quanto as fronteiras mato-grossenses e o papado em Roma, só se mostrou possível devido à alta rentabilidade das minas auríferas da região. Pode-se visualizar este momento como o resultado de uma sequência de momentos na história brasileira que culminam, então, num auge com relação ao adensamento populacional e à estruturação política.

Em seguida (figura 17) há uma ilustração histórica do cartógrafo londrino Rest Fenner sobre o Brasil colônia, datada de 1835, que denota como foram traçadas as fronteiras entre as novas capitânicas:

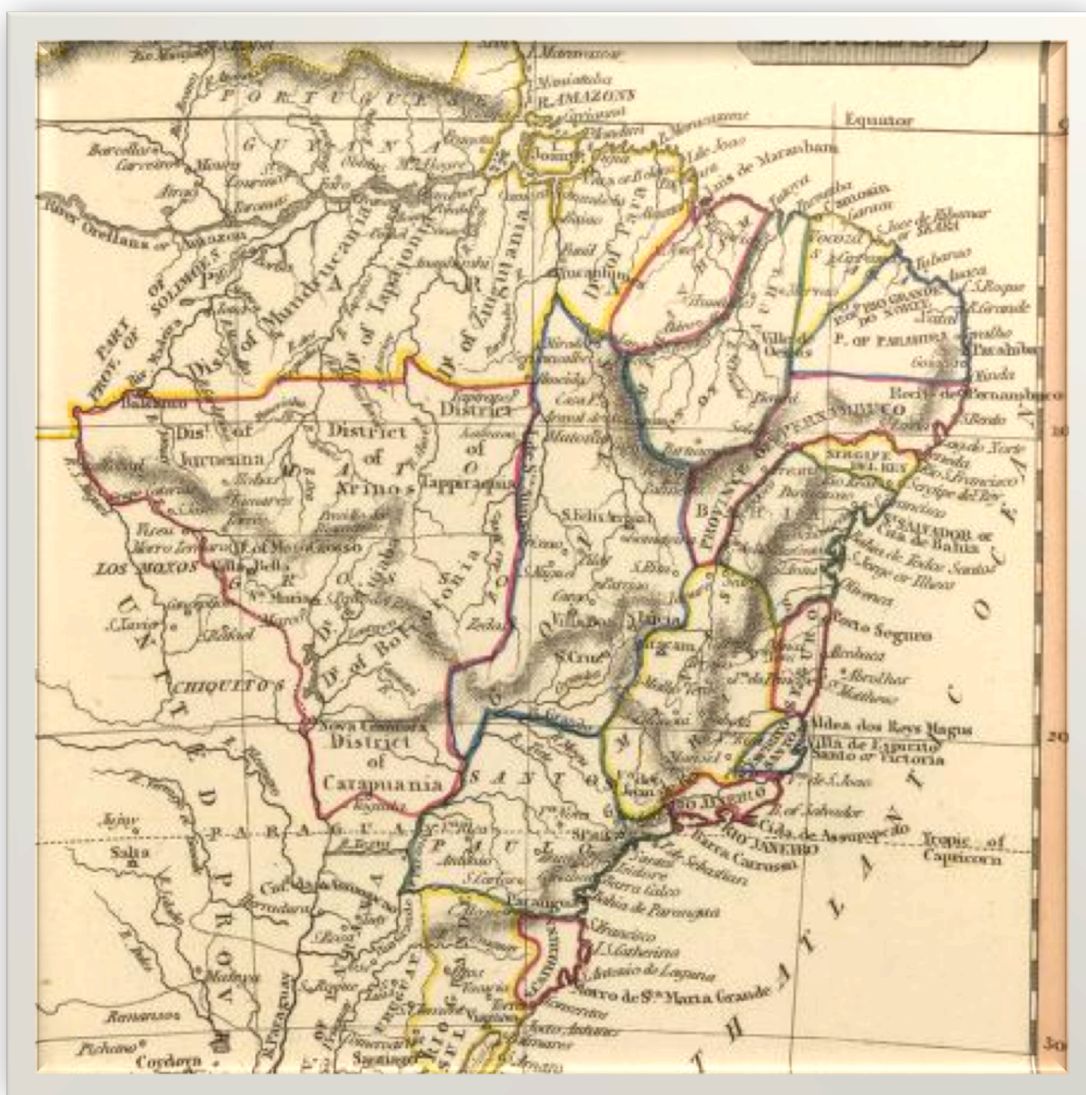


Figura 17: Mapa do Brasil no século XIX. Fonte: Fenner (1835).<sup>44</sup>

O contrabando foi muito frequente nas áreas mineradoras devido à dificuldade de fiscalização que havia nessa parte mais obscura do território colonial brasileiro. Inicialmente, todo minerador que extraísse alguma quantidade de ouro estava sujeito ao imposto real do *quinto*, onde uma quinta da parte da extração aurífera pertencia à Coroa Portuguesa. Devido ao que Saint Hilaire (1975, p. 54) define como “hábito do

<sup>44</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/nlrQNZ>>. Acesso em: 28 de outubro de 2014.

contrabando” predominante entre os goianos, aprofunda-se o sistema de tributação, como Palacín e Moraes (1994, p. 21-22) discutem:

De duas formas foi cobrado o imposto do quinto em Goiás: a “capitação” e o quinto propriamente dito. A capitação foi uma forma de cobrar o quinto instituída precisamente por temor ao contrabando. As autoridades pensaram que era mais fácil ocultar o ouro que os escravos, e determinaram que, em vez de pagar-se pelo ouro extraído, pagar-se-ia o imposto pelo número de escravos; o dono do escravo pagaria uma quantidade fixa por escravo que tivesse, fosse qual fosse sua ocupação e rendimento. Este sistema de cobrança do quinto esteve em vigor por 16 anos, de 1736 a 1751. Depois foi abolido, pois os mineiros reclamavam que era injusto que todos pagassem o mesmo: o dono de uma lavra muito rica, em que o rendimento do escravo era alto, e o que trabalhava uma “data” pobre ou meio esgotada, que mal dava para pagar o custo do escravo. Voltou-se, então, ao pagamento direto do quinto. O ouro em pó retirado das minas corria como moeda na capitania. (...) Porém, quando o mineiro ou comerciante queria levar seu ouro para fora da capitania, tinha de quintá-lo: levava-se o ouro para a Casa da Fundição, onde se retirava o quinto para o rei e o resto era devolvido ao proprietário, fundido em barras com um carimbo e uma guia para ser exportado. *Havia duas Casas de Fundição na capitania de Goiás: uma em Vila Boa, atendendo à produção do sul, e outra em S. Félix, para atender ao norte.*

O fim do imposto da capitação tornou ainda mais frequente o uso da mão-de-obra escrava na atividade extrativista. Se antes ter um certo número de escravos implicava em ser tributado por cada um, depois da volta à cobrança do quinto voltou-se a poder usá-los de forma irrestrita. Assim, a alteração legal referente ao imposto sobre o ouro extraído teve impacto profundo na socioespacialidade goiana, pois o elemento africano, presente no litoral brasileiro, passou a se interiorizar junto com o movimento urbano, tecendo novas relações de formação social. Surge, paulatinamente, uma população mesclada entre brancos, negros e resquícios de povos indígenas, numa região em que, 200 anos antes, era populada apenas por nativos, praticamente exterminados em poucos séculos. A espacialização da atividade mineradora trouxe impactos profundos e reinventou o território goiano e todas as instâncias de análise, mesmo as de cunho mais jurídico, dão embasamento histórico para tal constatação.

Para compreender com mais precisão o impacto econômico e populacional que a extração do ouro teve, Guerra<sup>45</sup> desenvolve uma análise em comparação com os séculos anteriores da colônia:

---

<sup>45</sup> Flávio da Motta Guerra (1910–1989) foi cronista, jornalista e historiador com enfoque na história colonial de Pernambuco e do Brasil como um todo.

Daí, ao longo do século XVIII, a produção do ouro brasileiro, acrescida em breve tempo também de raras pedras preciosas daquela mesma região, começou superando o volume do ouro e da prata que a Espanha extraía de suas colônias nos séculos XVI e XVII. O Brasil, que tinha em 1700 apenas uns trezentos mil habitantes, ao final do século oferecia dez vezes multiplicada a sua população. Era a febre de ouro atraindo outros povos, pois nada menos que 300 mil imigrantes de várias fontes européias chegaram ao Brasil, durante a primeira metade do século. (...) Autêntico **boom** nacional que bruscamente, com o agigantado florescimento da exploração aurífera e diamantífera, agitou como numa vertigem a economia portuguesa, espantando a temperança que devia ter sido imposta à irresponsabilidade de D. João V. (1981, p. 20)

Cabe à narrativa geohistórica apenas uma construção imaginária do que o ouro representou para a formação socioespacial do país, pois toda uma estrutura foi organizada em torno dessa atividade econômica em situações nunca antes vistas. Terras antes obscuras passaram a receber imigrações em peso e uma atenção político-administrativo que chegava até o papado. Como afirma Guerra (1981, p. 32): "(...) os rendimentos dos distritos diamantífero e auríferos, o estanco do pau brasil, todos pécúrios através de taxações extorsivas, tornavam possível um acúmulo de riquezas "como a nação portuguesa jamais conhecera e não mais conhecerá" (...)"

Segundo Moraes (2000, p. 401-402), os caminhos que percorriam a *hinterlândia* brasileira surgiram a partir do movimento pecuarista anterior à mineração, tendo papel importante no Planalto Central os caminhos vindos da Bahia. Geiger (1963, p. 75-76) também atribui ao gado papel central na proliferação dos trajetos que resultariam nas futuras estradas coloniais:

O ciclo do gado também foi fator de abertura de caminhos pelo interior do continente. Tanto sobre os caminhos de gado, como sobre as linhas de circulação de viajantes e mercadorias, surgiram inúmeras localidades interioranas. Os pontos de pouso deram origem a localidades que, às vezes, revelam esta origem no próprio nome – Pouso Alegre, Passa Quatro, Passo Fundo. Outros centros se denominam Registro, porque eram postos de cobrança de taxas, sobre os caminhos. De São Paulo partia a estrada real para Goiás e o caminho para Mato Grosso, este via Coxim. Para escapar ao controle e à cobranças das taxas, organizou-se outro caminho que se denominou a estrada "francana", o que explica o nome da cidade de Franca.

Os caminhos abertos pela pecuária definiram o trajeto pela qual passavam os viajantes, o ouro extraído e, enfim, todo movimento populacional. A articulação que surge a partir do movimento minerador do século XVIII não poderia ter acontecido sem os trajetos que foram se definindo e até hoje muitos dos caminhos continuam a ser utilizados. Guerra (1981, p. 22) também oferece destaque a esse quadro

comercial, onde se recorria principalmente a Pernambuco para o abastecimento dos suprimentos de açúcar e carne-seca.

Mattos (1980, p. 125) nos auxilia na compreensão desse tópico de tamanha relevância para a formação territorial de *Goyaz*:

Traçada a primeira via de comunicação para Goiás, a mesma percorrida por Bartolomeu Bueno da Silva e seus seguidores, foi proibida a abertura de novas estradas, e vedado o trânsito por quaisquer outras vias que viessem a ser abertas, mesmo para maior comodidade... Proibições foram constantes e genéricas: Por Ordem de 15/7/1732 determinou-se que nenhuma pessoa entrasse em Goiás senão pelos *Registros* mandados estabelecer no rio Jaguary e outros, para melhor fiscalização e cobrança do direito de entrada; os bens que entrassem em Goiás, através dos currais do rio São Francisco, seriam confiscados, conforme termos do Bando de 5/10/1733. A Carta Régia de 3/1/1735 proibia a circulação de moeda, determinando fosse substituída por ouro em pó (...)

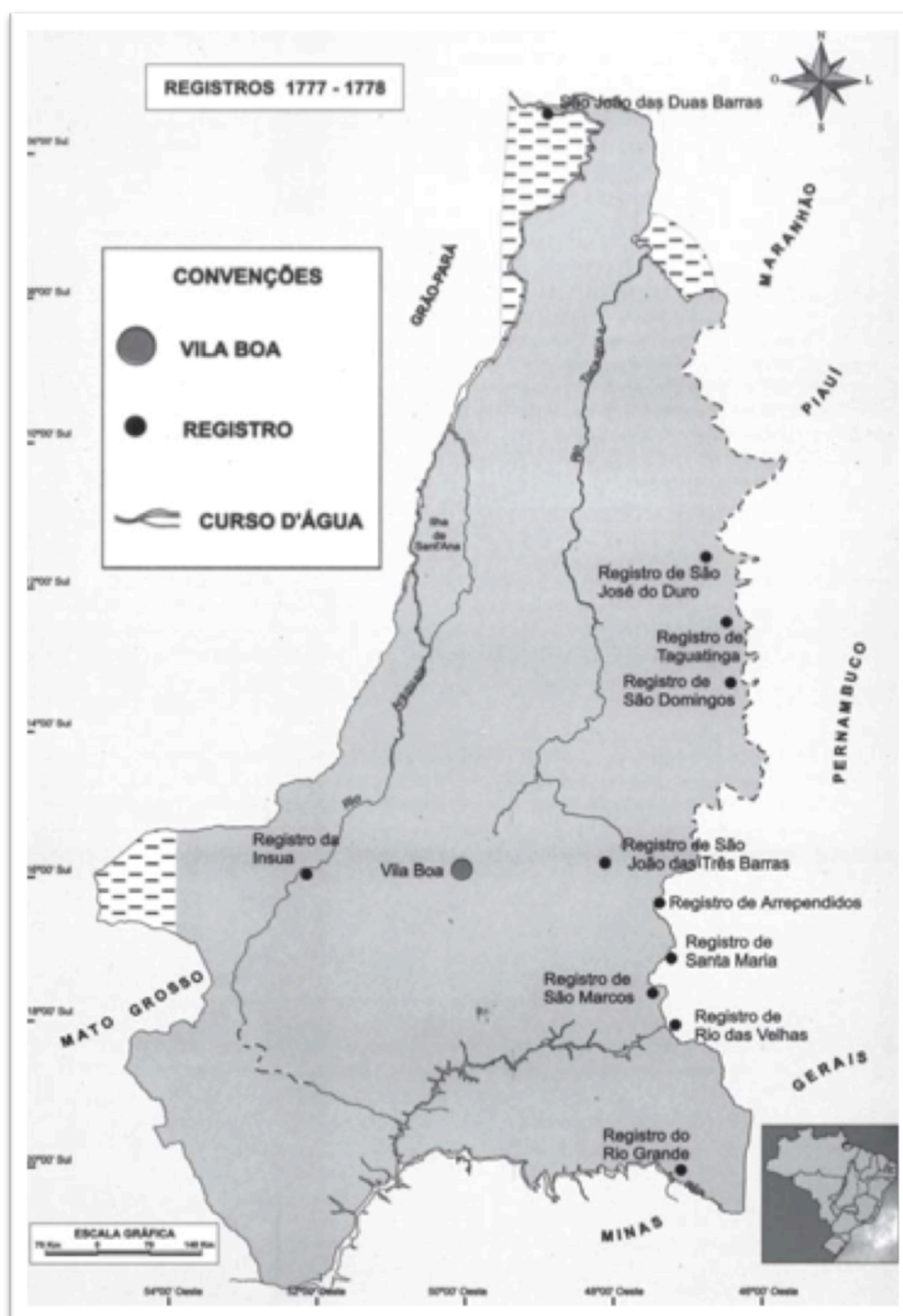


Figura 18: Mapa sobre os Registros de Goyaz. Fonte: Boaventura (2007, p. 119)

Observa-se que na figura 18, segundo ilustração cartográfica divulgada por Boaventura (2007, p. 119), até a década de 70 foram erigidas onze registros que tinham a função de fiscalizar a entrada e saída de pessoas em Goyaz, vitais para que a Coroa pudesse exercer seu controle na região e para evitar ao máximo o contrabando. A rede oficial de deslocamento se dava a partir e entre os registros,

desenvolvendo-se de acordo com as possibilidades naturais. Há registros terrestres e fluviais (como o do Araguaia e o do Rio das Velhas) espalhados por todo o território, mas a maior parte localiza-se à direita da Capitania, pois eram por ali que passavam as estradas com destino aos portos de Salvador, Rio de Janeiro e Santos, principais pontos escoadores da produção colonial brasileira.

Saint-Hilaire, ao percorrer a estrada vinda de Minas em direção ao arraial de Santa Luzia, realiza a descrição de como era o Registro dos Arrependidos e como atuava quanto ao contrabando:

Depois de ter seguido por um planalto que encima a Serra do S. Francisco e do Paraíba, um pouco além de Paracatu, desci o morro para chegar ao Registro dos Arrependidos, no limite de Minas com Goiás. (...) A casa do registro (...) é bastante espaçosa e de um só andar. Compõe-se, à maneira brasileira, de uma construção central e duas alas pequenas, ligadas entre si por uma varanda (...) Diante da casa há um rancho bastante amplo e aberto de todos os lados, como os que se encontram na estrada do Rio de Janeiro a Minas. É aí que os viajantes e os tropeiros se abrigam. A guarnição do registro compõe-se unicamente (1819) de um alferes, que é o comandante, e de um soldado (...), de um pedestre e de um fiel. Todos os que vêm do Rio de Janeiro com mercadorias recebem uma guia no registro de Matias Barbosa [posto fiscal situado na estrada que liga o Rio de Janeiro a Minas, segundo a *Nota* 2] e a apresentam aí. Os fardos são pesados a fim de se verificar se nada lhes foi subtraído, e as taxas são pagas em Vila Boa ou em qualquer outro posto da província. Como garantia de que os viajantes que vêm de Goiás não trazem diamantes ou ouro em pó, eles são também revistados no Registro dos Arrependidos, o que é uma formalidade inútil, pois os contrabandistas poderão escapar facilmente desviando-se uns poucos metros do posto para entrarem na província. (1975, p. 21)

As estradas, como vimos anteriormente, foram essenciais para o desenvolvimento de diversos aglomerados urbanos, tendo como exemplificação notória a cidade de Meia Ponte que se desenvolveu a partir das relações comerciais estabelecidas pelas estradas que por lá passavam e se entrecruzavam. Viajantes da época que levavam suas mercadorias em direção ao litoral ou às cidades interioranas percorriam tais trajetos e praticavam as suas atividades de troca com os habitantes *meiapontenses*, provocando um grande fluxo de pessoas e de ouro que se diferenciava dos demais núcleos urbanos. A sua *função* se tornou polarizadora a tal grandeza que pensava-se, à época, em elevá-la a capital da futura Capitania de Goyaz, fazendo frente a Vila Boa, aglomerado urbano fundado primeiramente por Anhanguera II e que teria o destino de ser núcleo das atividades administrativas goianas, muito provavelmente em decorrência dos primeiros descobrimentos



auríferos ali realizados pelo próprio Bartolomeu Bueno. Bertran (1978, p. 25) traz à tona tal discussão:

Sobre o rio Vermelho, Santana de Goiás catalizava os arraiais da Barra, Ferreiro, Anta, Ouro Fino, o caminho aos Pilões e ao Cuiabá. Escolhida Capital pelo Conde de Sarzedas<sup>46</sup> representava estrategicamente ruptura de acesso ao Mato Grosso. Pagava entretanto por ilhamento do resto de Goiás e sem aproveitar-se da navegação do Araguaia, sob imediata influência, teve sua localização excêntrica impedida na absorção dos fluxos econômicos e sociais dos vales do Tocantins. Tal função talvez coubesse a Meia Ponte, (Pirenópolis) nó das estradas demandando todos os quadrantes. Entretanto em um raio de 200 quilômetros, Meia Ponte ainda que cêntrica afastava-se dos principais centros mineradores, dificultando-lhe aliar função transporte à função contiguidade de povoamento. Não obstante seria melhor sítio de capital, não fosse o custo de edificar-se aí prédios públicos já existentes em Vila Boa...

Assim, as relações comerciais desenvolvidas por Meia Ponte a colocavam em posição de preferência para se tornar capital da Capitania, mas por questões políticas tal título foi dado a Santana de Goiás, futura Vila Boa e atual Cidade de Goiás. Deve-se lembrar do posicionamento estratégico que Vila Boa de Goiás teria quanto ao aprofundamento da ocupação lusitana em relação ao Tratado de Tordesilhas (ver ilustração da página 39).

Otremba (1974, p. 103-104) permeia a discussão a respeito de uma tipologia histórico-geográfica do povo comerciante e seu desenvolver:

El cambio de mercancías, en su forma rudimentaria, realizase a base del viaje de visita de grupos más o menos grandes o pequeños. En esta etapa inicial de vida económica apenas cabe distinguir el cambio de presentes del comercio. Pero, tan pronto como dentro de una área mayor de convivencia humana, un determinado grupo asume la función del cambio, y en consecuencia, el principio de la división del trabajo abarca también la distribución de mercancías: se produce el nacimiento del comercio y de las comunicaciones como formas secundarias de la economía. De todas maneras, la separación entre distribución y producción, por lejos que miremos hacia atrás, nunca ha sido históricamente muy marcada. (...) La posibilidad de elaborar una tipología geográfica del comerciante, según el principio de intensidad, reside en el modo como se han reunido en una mano producción, comercio y transporte, o bien en la forma en que los mismos han sido organizados como actividades parciales del acontecer económico, y como ello se diferencia en el espacio.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Título nobiliárquico criado em 1630 pelo rei D. Filipe IV de Espanha.

<sup>47</sup> "A troca de mercadorias, em sua forma rudimentar, realiza-se baseada na viagem de visita de grupos maiores ou menores. Nesta etapa inicial da vida econômica cabe apenas distinguir a troca de presentes do comércio. Mas quando, em uma área maior de convivência humana, um determinado grupo assume a função de troca e, em consequência, o princípio da divisão do trabalho abarca também a distribuição de mercadorias: produz-se o nascimento do comércio e das comunicações como formas secundárias da economia. De qualquer maneira, a separação entre distribuição e



Novamente, o conceito de divisão de trabalho está presente na discussão sobre a evolução dos aglomerados urbanos (visto anteriormente na evolução conceitual urbana de Geraldo Serra) e demonstra que o ordenamento de determinadas facetas urbanas é realizado a partir do trabalho aplicado ao espaço, definindo-se o que temos por cidade. Meia Ponte, ao se concentrar nas vantagens adquiridas através do entrecruzamento das estradas principais do Planalto Central, define-se urbanisticamente através de sua *função* comercial. Torna-se polo comercial enquanto Vila Boa se desenvolve como polo administrativo. A malha urbana goiana se aprofunda enquanto o ouro é extraído a todo vapor. Grande parte dessa estrutura se enfraquecerá com o declínio aurífero em fins do século XVIII, mas compreender o desenrolar dos desdobramentos da atividade extrativista está de acordo com a necessidade de desenvolver uma concepção histórica de *longue durée* a respeito do século dourado em Goyaz. Relações importantíssimas foram sendo construídas e o seu resultado, em meados dos setecentos, observa-se com a formação da Capitania de Goyaz, desmembrando-se da administração paulista. Moraes (2000, p. 50-52) constrói argumentação teórica a respeito da formação e articulação entre territórios em pleno desenvolvimento, aplicando-se indistintamente às características territoriais goianas adquiridas com a sua separação de São Paulo:

A formação de um território tem sempre em sua gênese um processo de expansão de uma sociedade. A formação territorial pode mesmo ser definida como o movimento de um grupo social que se expande no espaço e, nesse ato, passa a controlar porções do planeta que são integradas ao seu território. (...) a geografia complexa da acumulação *primitiva* revela profunda hierarquização dos espaços, objetivando a espacialidade diferencial necessária para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção. (...) Enfim, nas várias escalas afirma-se a diferença e a desigualdade dos lugares. Este amplo movimento pluriescalar é espacialmente desigual, mas *combinado*. Para entendê-lo, há que se observar os “vários lugares da acumulação” sem perder uma “ótica mundial (...) Assim, os lugares passam a se articular numa rede de relações, que os especializa e hierarquiza. Compreender os estímulos mais gerais torna-se fundamental para captar os quadros locais em sua órbita. Estes estímulos, já diversos em sua origem, vão defrontar-se com realidades singulares díspares, com as quais se compatibilizam (seja pela guerra, seja pelo comércio, seja por ambos) gerando sistemas diversificados de produção.

---

produção, por mais distante que olhemos para trás, nunca tem sido historicamente muito marcada. (...) A possibilidade de elaborar uma tipologia geográfica do comerciante, segundo o princípio de intensidade, reside no modo como se tem reunido a produção, o comércio e o transporte, ou na forma em que os mesmos tenham sido organizados como atividades parciais do acontecer econômico e como isso se diferencia no espaço.” [Tradução livre do autor]

Bertran (1978, p. 33) enfatiza a importância que o triênio 1749-51 teve para a história goiana, pois no primeiro ano se estabelece oficialmente a Capitania de Goyaz e, no último, retorna-se ao imposto de quintos, abandonando-se o imposto *per capita*. Com isso, Goyaz se beneficia com sua independência administrativa frente a São Paulo e, como supracitado, alarga-se socioespacialmente através da mudança de imposto que permite um maior uso da mão-de-obra escrava e permite maior exploração de suas riquezas auríferas. O quadro administrativo e burocrático se expande, especializando-se e formando o território de Goyaz.

Na figura 19 temos a reprodução cartográfica do que seria a Capitania de Goyaz, suas principais estradas, núcleos urbanos e características topográficas.

As três principais estradas estão visíveis em traços que cortam a Capitania no sentido norte-sul e noroeste-sudeste. Uma vai de Palma até o estado de Minas Gerais, passando por Santa Luzia e terminando, segundo os autores pesquisados, em Paracatu. Outra segue de Vila Boa (denominada de Goyaz na imagem) até o estado de Mato Grosso, alcançando por último Cuiabá. A terceira continuaria esse trajeto até desembocar em São Paulo, passando por Santa Cruz.

Por se tratar de uma ilustração do início do século XX, temos em destaque núcleos urbanos não encontrados nos textos que tratam de Goiás colonial, como Catalão (próximo à fronteira com o estado de Minas Gerais) que tem sua fundação dada no segundo quartel do século XIX, indo além dos limites temporais da pesquisa. Há clara identificação da capital, Goyaz, Sta. Cruz, Jaraguá, Sta. Luzia, etc, mas não está muito definida a localização de Meia Ponte que estaria entre Goyaz e Sta. Luzia, entrecortada pelo Rio das Almas, este sim identificado abaixo. A própria fundação de Sta. Luzia, em 1746, teria se dado por moradores de Paracatu, segundo Saint-Hilaire (1975, p. 26), que teriam lá se estabelecido graças à estrada mencionada.

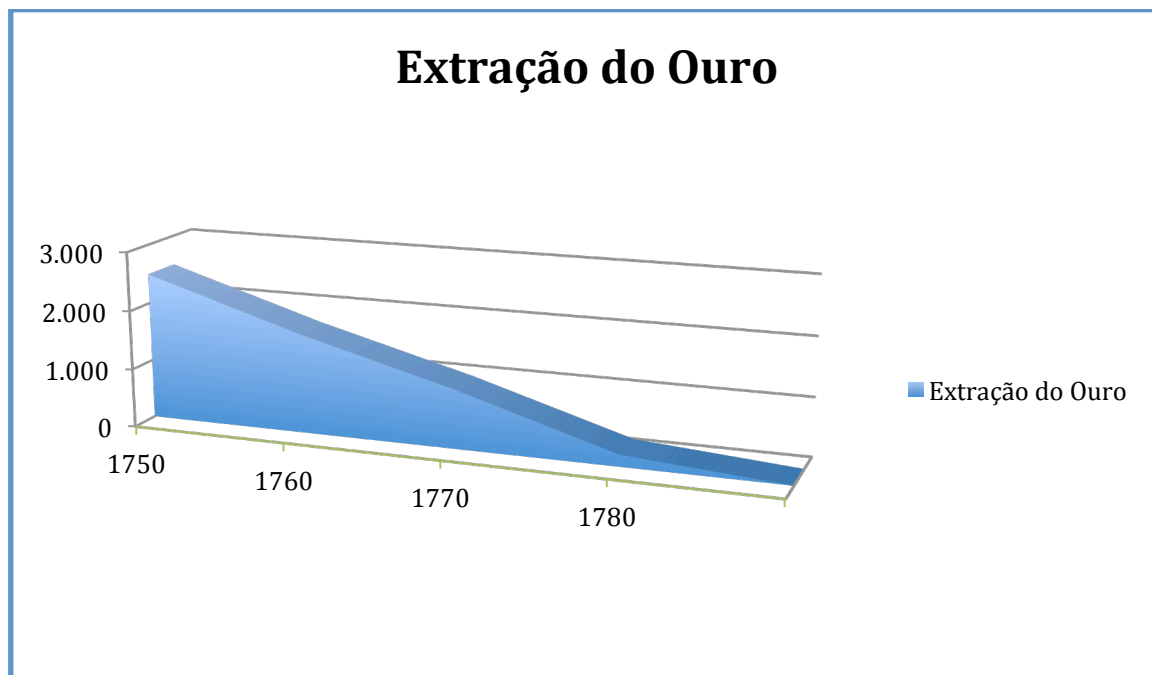
Torna-se notável o trânsito que havia nas estradas e a proximidade que havia entre elas e o ponto de localização de Meia Ponte, demonstrando a polarização indicada pelos autores, diferenciando-a dos demais povoados. Localiza-se de forma cêntrica a ambas as principais rotas que cruzavam a Capitania e na área de maior concentração urbana goiana, sendo mais espaçados os núcleos urbanos do norte de Goyaz, como também se observa na ilustração.



## 6. A DECADÊNCIA AURÍFERA E SEUS IMPACTOS SOCIOESPACIAIS

A ação extrativista dos recursos auríferos goianos teve um impacto tão intenso quanto seu início. Os veios auríferos que eram aproveitados logo se mostraram insuficientes para suprir a demanda estabelecida e em poucas décadas a decadência já estava anunciada, o que se tornava notável devido às condições em que se encontrava a Capitania de Goyaz. Até o final do século XVIII, a situação favorável que envolvia as cidades mineradoras estava já esquecida no passado e a miséria e a apatia desolavam os povos que ainda restavam nas terras interioranas. Bertran (1978, p. 39) demonstra que tal queda observada não se deu de forma abrupta, mas gradual e que sinais já eram dados ao transcorrer das décadas:

De uma média de 2.500 quilos anuais na década de 1750, caía para 1.700 Kg., na década de 60, numa quebra de mais de 30%. Já na década de 1770 produzia-se pouco menos do que a metade do período de 1750/60, e em relação ao decênio anterior a produção anual tombava novamente em 30%. De 1780 a 1790 ia além: 40%. 1780 marca a decadência do ouro: não mais os quintos reais iriam a 200 quilos/ouro/ano.



**Gráfico 1: Extração do Ouro em kg das décadas de 1750 a 80, segundo Bertran. Fonte: própria autoria.**

Assim como o início das explorações auríferas, o fim também se deu de forma paulatina e anunciada não se mostrando abrupta como quer mostrar a historiografia

tradicional. Se já existia conhecimento sobre a existências das minas de ouro pela *hinterlândia* muito antes das bandeiras que “descobriram” tal riqueza, a decadência também se anunciava de diversas formas ao longo dos anos e sobram as riquezas naturais mineralógicas profundas, não extraídas nessa época da história goiana devido a limitações práticas: certa técnica e infraestrutura eram necessários e, à época, apenas se fazia uso de instrumentos que pudessem retirar o ouro encontrado nos leitos dos rios (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 82), representando enriquecimento veloz e acessível a praticamente qualquer pessoa que se dispusesse a enveredar em tais empreitadas.

A decadência do ouro trouxe profundos impactos socioespaciais em *Goyaz* refletindo-se: nas legislações referentes às estradas coloniais; no número encontrado de mão-de-obra escrava; nas condições gerais das cidades goianas; nas medidas governamentais posteriores.

Se o contrabando frequente e a falsificação do ouro tornava preocupante a situação das estradas coloniais em início do século XVIII, no seu fim isto não se mostrava mais necessário devido ao fluxo cada vez menor de pessoas vindas das minas e que seguiam em direção à Bahia ou ao Rio de Janeiro. Em 1782 não havia mais proibição quanto à criação de estradas paralelas à Estrada Real (BERTRAN, 1978, p. 28), reflexo do quão desnecessário isso se mostrava diante do quadro econômico em que se encontrava a Capitania.

O fraco trânsito de indivíduos pelas estradas interioranas foi descrito por Saint-Hilaire (1975, p. 22) em sua *Viagem pela Província de Goiás*, de 1819, logo ao entrar em terras goianas:

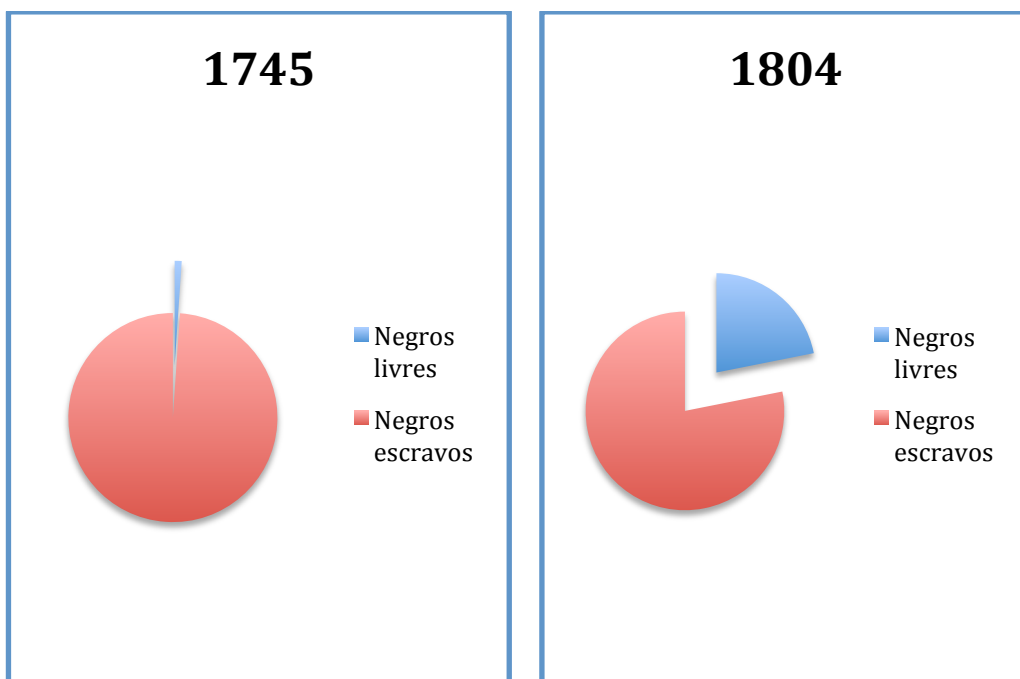
Antes da minha partida (28 de maio) ele [o comandante do Registro dos Arrependidos] anotou o meu nome no seu registro. Lancei um rápido olhar ao livro e verifiquei que desde o dia 19 de fevereiro não havia entrado ninguém na Província de Goiás, e no entanto era aquela estrada que fazia a ligação com o Rio de Janeiro e com grande parte da Província de Minas.

O documento analisado pelo viajante francês enfatiza o movimento fraquíssimo que se estabelecia nessas regiões em épocas pós-auríferas. Frota Neto (1978, p. 27) discute tal condição atingida em fins do século XVIII, concluindo que já não se mostrava mais possível que as cidades mineradoras pudessem representar um polo econômico regional devido ao panorama formado. Se a mineração havia “ativado a

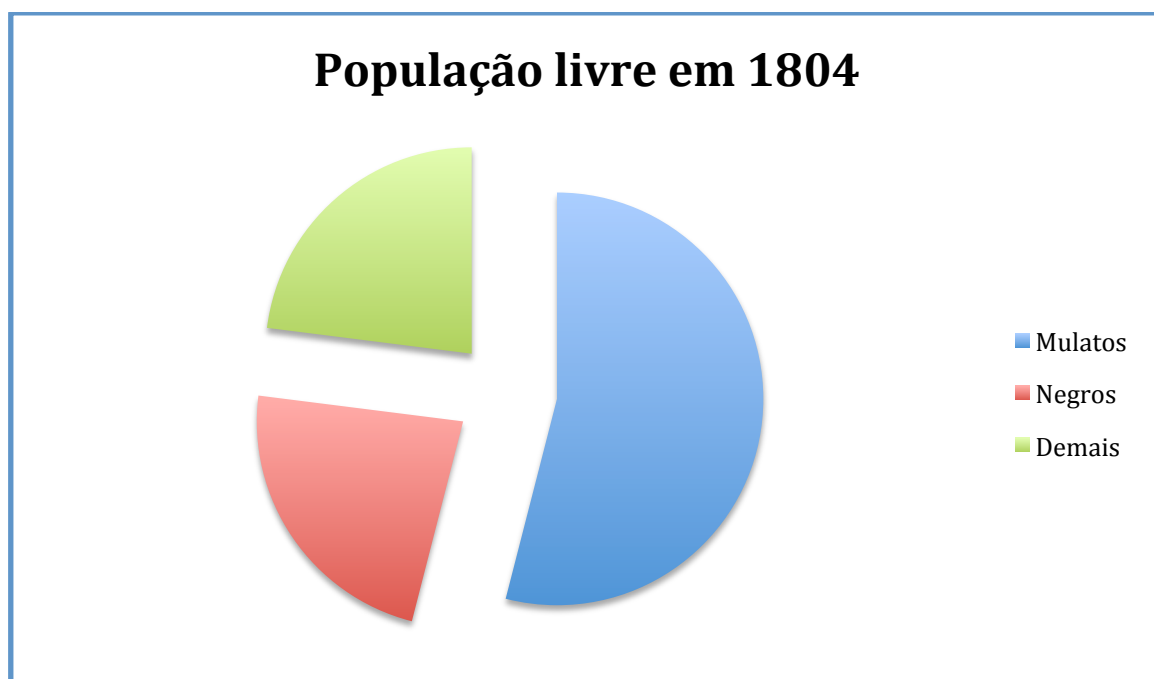
circulação” no interior da colônia (GEIGER, 1963, p. 74-75), esse caráter já não mais existia no início do século XIX.

A mão-de-obra escrava, usada de forma tão intensa enquanto a produção aurífera estava em alta, também sofreu com a decadência do ouro. O seu uso se mostrou desnecessário em muitos casos e passou-se a vender os escravos a outras capitanias (BERTRAN, 1978, p. 41), buscando-se um arrecadamento mínimo sobre o investimento realizado nessa mão-de-obra. Portanto, em aspectos sociais, as terras goianas se esvaziavam em termos gerais e a população escrava vai obedecer a esse movimento sendo remanejada para outras áreas da colônia ou sendo reaproveitada em atividades econômicas diversas, como a agropecuária, que se mostraria o caminho a ser seguido por Goyaz pós-ouro. Mas mesmo com a situação econômica em queda, isso vai favorecer o surgimento de um número cada vez maior de negros livres e sua integração parcial na sociedade goiana do século XIX:

Ao mesmo tempo em que diminuía o número de escravos, aumentava, como é lógico, o número de pretos livres ou “forros”. Na capitação de 1745, os negros forros, que pagaram capitação, foram 120, quando o número de escravos chegava quase a 11.000, ou seja, pouco mais de 1%. No recenseamento de 1804, os negros livres eram em número de 7.936, ou 28% do total dos pretos. Maior ainda era a progressão de número dos mulatos. A ausência de mulheres brancas nas minas foi a determinante de uma mestiçagem, em grande escala, entre branco e preto, até então desconhecida no Brasil. Em 1804, os mulatos em Goiás eram 15.452, mais de 50% da população livre. Pretos livres e mulatos constituíam 77% da população livre. (...) Depois de algum tempo, havia mulatos em todos os níveis da sociedade: no exército, no sacerdócio, entre os grandes proprietários. Mas nem o negro livre nem o mulato eram socialmente bem aceitos: a escravidão, ainda tão próxima, o impedia. A primeira distinção fundamental na sociedade era a da cor. (PALACÍN, L. MORAES, M. 1994, p. 35-37)



**Gráfico 2: Relação de negros livres x negros escravos em 1745 e 1804, segundo Palacín e Moraes. Fonte: própria autoria.**



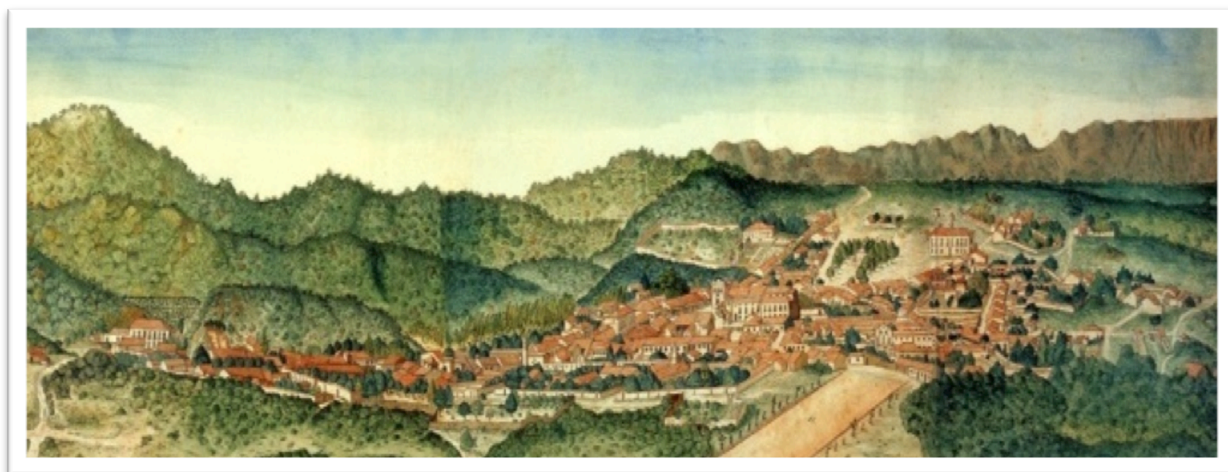
**Gráfico 3: Composição social da população livre em 1804, segundo Palacín e Moraes. Fonte: autoria própria.**

As condições de miséria se aplacaram sobre Goyaz em fins dos setecentos e, em início do XIX, Saint-Hilaire nos descreve tal situação. Segundo o viajante, havia grande número de mendigos nas cidades goianas por ele visitadas (1975, p. 38) e



uma penúria apática que resultaria das condições de vida como elas se davam (1975, p. 27). Era, portanto, catastrófica a situação geral da Capitania, esvaziada economicamente e demograficamente, irreconhecível se comparada a si mesma em décadas anteriores. O viajante se desdobra quanto ao quadro encontrado por ele e dá indícios de que grande parte da miséria verificada se dava devido a localização desfavorável das cidades mineiras (1975, p. 90) quando comparadas às cidades litorâneas, pois aquelas se definiam de acordo com a atividade extrativista à beira dos córregos e riachos que apresentassem riquezas mineralógicas; já estas cidades se localizariam em posição privilegiada quanto ao comércio marinho e à própria agricultura, formando uma malha mais próxima aos centros administrativos que às cidades da *hinterlândia*, completamente dependentes da extração aurífera. O abandono de tais urbes torna-se corriqueiro em início do XIX, onde Frota Neto (1978, p. 22) define como o surgimento de “cidades fantasma”.

A seguir temos uma ilustração (figura 20) da paisagem de *Vila Boa de Goyaz*, em 1803, localizando-se em região topograficamente acidentada, o que seria de grande proveito para as atividades auríferas dadas nos leitos de córregos, riachos e rios, havendo grande predominância dessas feições hídricas nesse cenário geomorfológico.

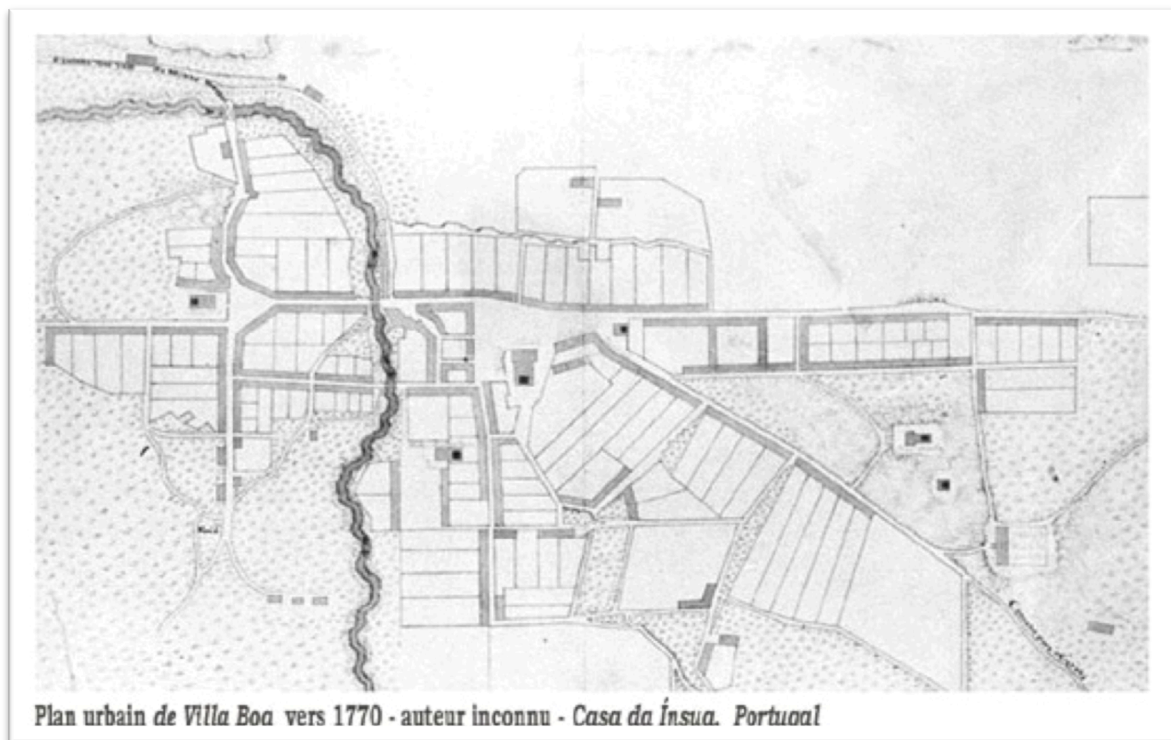


**Figura 20: Ilustração da paisagem de Vila Boa de Goyaz. Fonte: Biblioteca Mario de Andrade (1803).<sup>48</sup>**

---

<sup>48</sup> Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/01.011-012/1397>>. Acesso em 18 de junho de 2014.

Também seguem abaixo (figuras 21 e 22) dois planos urbanos da cidade: o primeiro datado de 1770 e de autoria anônima; o segundo de 1782, elaborado pelo então governador e capitão-geral da Capitania, Luís da Cunha Menezes<sup>49</sup>:



**Figura 21: Plano urbano de Vila Boa em 1770. Fonte: Iphan (2012)**

---

<sup>49</sup> Ambas as iconografias pertencem à "Proposição de Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade", cedido à presente pesquisa pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2012).



**Figura 22: Plano urbano em Vila Boa de 1782. Fonte: IPHAN (2012).**

A partir de ambas as representações, pode-se identificar que, mesmo com a redução das explorações mineralógicas, não houve um abandono à administração da Vila, desenvolvendo-se estudos que buscavam compreender os seus limites urbanísticos (mais à frente a ser explicitado). Isto se deu devido à sua representatividade enquanto patrimônio urbano goiano, centrando-se no seu rol de atividades urbano-administrativas e em sua centralidade enquanto capital da Capitania. As consequências geradas pela decadência aurífera foram, segundo os relatos analisados, profundas, mas deve-se suspeitar que isso foi atenuado, no caso específico de Vila Boa de Goyaz, devido ao seu caráter político enquanto organizador-primeiro da Capitania.

Oliveira<sup>50</sup> (2010) nos fornece indicações com relação à urbanização e ao urbanismo na colônia, indo à contramão das convenções historiográficas referentes à falta de planejamento urbano por parte da Coroa Lusa. A autora esclarece que não

---

<sup>50</sup> Melissa Ramos da Silva Oliveira é mestre (UNICAMP, 2005) e doutora (UNICAMP, 2012) em Geografia. Hoje é professora em tempo integral do curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Anhembi Morumbi.

havia um planejamento em geral, mas sim uma organização específica a Vilas e cidades e que, para que isso se desse, existiam requisitos mínimos:

Toda cidade colonial para ser caracterizada como tal deveria possuir uma Casa de Câmara e Cadeia, uma praça com pelourinho e uma igreja Matriz. Tanto a praça como as ruas eram definidas pela testada das casas nos lotes. As casas deveriam ser todas muito bem alinhadas e as ruas possuírem a mesma largura para garantir a formosura nas vilas. Teoricamente, deveria existir uma rua mais 'reta', denominada de Rua Direita, que ligasse dois pontos importantes da cidade. As igrejas, geralmente situavam-se em uma praça, largo ou adro, localizados em locais elevados para se destacarem na paisagem. (2010, p. 179)

Porém, devido à proliferação das vilas, as ordenações não se aplicavam tanto caso-a-caso quanto se esperava. Assim, algumas não obedeceram às suas Cartas Régias, como foi o caso específico de Vila Boa de Goiás, onde não se definiram traçados gerais em linha reta segundo as determinações de 11 de fevereiro de 1736 (SANTOS, 2001 apud OLIVEIRA, 2010, p. 176). Isto torna-se visível a partir de uma análise das figuras 21 e 22 onde nota-se que a organização da Vila se deu em torno do Rio Vermelho de maneira não-reticular.

Mas embora o traçado em geral da Vila não fosse linear, há a presença de algumas ruas principais com características mais próximas ao exigido pela Carta Régia de 1736. Saint-Hilaire (1975, p. 50-51) fez uma descrição dessa característica:

As ruas da cidade são largas e bastante retas, sendo quase todas calçadas (...) A cidade conta com cerca de 900 casas, feitas de barro e madeira (...) Não ocorre em Vila Boa o que se vê na capital da Província de Minas, onde muitas ruas se acham inteiramente abandonadas. Ali os trabalhos de extração do ouro foram interrompidos mais cedo e o número de casas está diretamente relacionado com o de funcionários civis, de militares, de comerciantes, e dos artesãos cujos serviços são necessários.

Consequentemente, revela-se que a função administrativa da Vila não apenas a manteve em funcionamento ao longo do período de decadência aurífera como também influenciou na ocupação de suas casas, ao contrário de outros aglomerados urbanos que mantiveram-se em dependência à extração aurífera por ainda algumas décadas, revelando um abandono gradual.

No caso de Vila Boa de Goiás, houve ainda a indicação precisa de que "as casas dos moradores as quais pelo exterior sejam todas do mesmo perfil, ainda no interior os fará cada um dos moradores à sua eleição de sorte (...)". (SANTOS, 2001 apud OLIVEIRA, 2010, p. 180) A reticularidade exigida pela Coroa também se fez

presente na arquitetura colonial, sendo especificamente aplicada no caso analisado. Essa padronização é típica das cidades barrocas:

(...) A cidade barroca é a herdeira dos estudos teóricos do renascimento onde os esquemas se baseavam na pura harmonia geométrica com independência da percepção visual. Nesse período, desejava-se criar uma cidade como obra de arte de imediata percepção visual, usando como instrumento a *perspectiva*. Os principais fundamentos do urbanismo barroco são: a linha reta, a perspectiva monumental, o programa e a uniformidade. (IDOETA, 1979 apud ABIKO, ALMEIDA, BARREIROS, 1995)

Schürmann<sup>51</sup> (1999, p. 168-169) também dedica atenção à política da época de ordenamento das cidades da mineração, designando que tais medidas eram atribuídas ao programa pombalino de ordem e autoridade e que

Os passos deste programa foram os seguintes: a) transferência e submissão das aldeias indígenas; b) remodelação e reordenações dos núcleos existentes; c) projeto e construção de novos núcleos e o fortalezas. A aplicação desse projeto resultou em dois tipos de assentamentos: os totalmente irregulares, que vão adquirir uma regularidade total – caso de Cuiabá – ou parcial, como Vila Boa de Goiás, cuja reestruturação abarcou apenas uma parcela do espaço; e os núcleos planejados obedecendo estritamente às disposições e regulamentações, cujo exemplo paradigmático foi Vila bela da Santíssima Trindade.

Reconhece-se a política de transferência e submissão das aldeias indígenas, como foi no caso explicitado de São José de Mossâmedes, assim como podem-se coadunar as visões de Oliveira e Saint-Hilaire a partir do entendimento supracitado, dando-se em Vila Boa um ordenamento parcial de algumas ruas e praças que ligassem seus pontos vitais (Igrejas e edifícios administrativos). Isto está ainda mais explicitado a seguir:

Vila Boa de Goiás está ligada aos planos para a fundação de uma nova capital para a capitania de Goiás. O responsável pelo projeto foi Luís de Mascarenhas, governador dessa capitania, que acrescentou mais uma praça além do largo já existente de forma triangular, que deveria ser o novo centro do poder com a construção do pelourinho e da Casa de Câmara e Cadeia. Entretanto, Mascarenhas seguiu as ordens referentes às construções arquitetônicas, mas foi negligente na cobrança do cumprimento do padrão reticular no traçado das ruas, só alcançado em uma segunda reestruturação urbana, executada na década de 1770, que acrescentou um espaço reticulado, optando pela permanência do núcleo primitivo irregular. (COELHO, 1997, p. 161-170 apud SCHÜRMANN, 1999, p. 170)

---

<sup>51</sup> Betina Schürmann é bacharel em História (UnB, 1972), mestre em história urbana (USP, 1979) e doutora em sociologia (FLACSO/UnB, 1996).

Entende-se, pois, que houve duas propostas urbanísticas: a primeira na elevação do arraial de Sant'Anna a Vila em 1739 e a segunda na década de 1770. Ambas tiveram suas aplicações barrocas, no sentido da uniformidade de certas ruas e construções, mas apenas nas áreas de maior relevância. O próprio projeto de elevação de Sant'Anna a capital da Capitania, enquanto Vila, também tem origem no urbanismo barroco pois foi, segundo essa ótica, que se passou a dar ênfase na articulação e centralização política propostas pelo conceito de capital (ABIKO, ALMEIDA, BARREIROS, 1995, p. 36).

A proposta da Coroa de urbanismo barroco revela um fio condutor que foi perpassado por todas as fases de Goyaz até aqui analisadas. A proliferação do ouro e o surgimento de uma malha urbana no Brasil central atraíram as atenções da Coroa para a região, estabelecendo-se uma carga político-administrativa que visava controlar as extrações e reverter parte da riqueza para terras portuguesas. Com a direção de Pombal, necessitou-se a implantação de uma ordem numa região pouco administrada e que próximo estava de terras conflituosas (tanto com espanhóis quanto com jesuítas) (SCHÜRMANN, 1999), delegando-se às Cartas Régias a implantação de um padrão aplicável a cada Vila (OLIVEIRA, 2010). O barroco surge como estilo urbanístico totalmente pertinente à causa.

A proliferação dos aglomerados urbanos durante o período da mineração estabeleceu uma rede que relacionava diversas escalas: tanto a local, com o estabelecimento de Vila Boa enquanto capital; a regional, com o movimento interurbano oferecido pelas estradas e caminhos, regulado, por sua vez, pelos registros; a nacional (considerando-se o território colonial brasileiro da época), devido ao escoamento do ouro para as principais cidades e portos e ao aprofundamento do território como um todo; a internacional, com a representatividade que o ouro teve para a Coroa portuguesa e para a Igreja que estabelecia, com aquela, uma relação direta sobre o território goiano.

Saint-Hilaire descreve a população goiana no início do século XIX, fazendo alusão ao testemunho de um velho morador da Província:

O proprietário do Sítio de Gregório Nunes (...) era um octogenário ainda em pleno uso de todas as suas faculdades. Filho de um dos primeiros paulistas que tinham vindo para a Província de Goiás em busca do ouro, ele fora testemunha da formação dos mais antigos núcleos de moradores da região. (...) “Os homens de hoje não se parecem com os de antigamente”, disse-me o velho, e no que se referia à sua terra ele estava com a razão. Os



atuais habitantes da Província de Goiás, debilitados pelo calor e pela ociosidade, não parecem descendentes dos intrépidos paulistas que atravessaram sertões ainda desconhecidos, sujeitos a todas as privações, enfrentando todos os perigos e deixando a impressão de que pertenciam a uma raça superior de homens.

O fim do comércio aurífero provocou uma transformação estrutural na sociedade goiana e no próprio espaço: cidades foram desaparecendo e uma reorganização foi necessária para que a população restante pudesse continuar vivendo minimamente. Segundo Palacín e Moraes (1994, p. 43), a Capitania de Goyaz passou a apresentar um caráter agropecuário cada vez mais proeminente devido às suas características naturais e às possibilidades que se mostravam: grandes terras disponíveis, subaproveitamento dos rios navegáveis e grande número de mão-de-obra livre. Assim, Goyaz passa a ter um caráter cada vez mais distante com o apresentado ao longo do século XVIII, com um número cada vez menor de movimentação inter e intraurbana e um aumento gradual do cultivo e da pecuária. Antes havia, logicamente, atividade agropecuária para suprir a demanda de alimentos pelas populações mineradoras estabelecidas, mas esse tipo de produção era visto de forma complementar, dando-se valor primário à atividade mineradora que resultava em enriquecimento e elevação de determinados indivíduos, ao contrário da agropecuária (FROTA NETO, 1978, p. 26). A transição do quadro de apogeu minerador ao desenvolvimento agropecuário impactou seriamente as cidades e suas populações, pois muitos dos habitantes dos núcleos urbanos mineradores os abandonavam e seguiam em busca da exploração de outras riquezas em outras partes da colônia, ou então regressavam para as suas localidades de origem. Poucos restavam e, como já foi dito, surgiam as "cidades fantasma" que foram se tornando cada vez mais recorrentes em vista da decadência econômica. O trânsito nas estradas diminuiu e foram se estabelecendo povoados remotos e com pouco contato entre si, provocando intensa ruralização e paralização das estruturas econômicas até então desenvolvidas. O aparato infraestrutural implantado se mostra subutilizado e Goyaz passa a se desenvolver em termos diversos aos do século XVIII, com maior "lentidão" e de forma mais "pacata".

Existem alguns casos peculiares quanto a essa situação, como em uma fazenda do comandante de Meia Ponte, Joaquim Alves de Oliveira (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 99-100), em que se cultivava açúcar, tabaco e algodão, sendo os primeiros dois exportados para Vila Boa e Meia Ponte e o último para Rio de Janeiro e Bahia.



Havia a presença de escravos, mas não se buscava mais o ouro nas proximidades e eles tinham direito a pedaços de terra em que podiam se dedicar aos domingos. O engenho de açúcar se mostrava como a única possibilidade produtiva àquela época e tratava-se de um exemplo para a região como meio de superação daqueles tempos difíceis.

Bertran (1978, p. 47) resume o quadro geral goiano:

Após toda a fase de riqueza abundante compreende-se logo o desapontamento e prostração do pós-aurífero. E seu legado espacial, geologicamente manifesto. Cidades em deterioração comandando uma ruralidade fraca e uma idade agrícola rudimentar, do pastoreio transumante sobre o cerrado e da agricultura de abastância. (...) Pouco a pouco, ciclo animal, homens e gado puxavam cada vez mais longe a fronteira que o selvagem, a selva e a excessiva concentração de riquezas delimitaram em torno às abundantes e ociosas instituições urbanas da fase de mineração. Goiás deixara de ser um estado mineiro. Desde 1782 restaura-se a navegação do Tocantins e em 1801 franqueia-se o outrora indevassável distrito diamantífero dos rios Claro e Pilões. (...) Todos os esforços se voltarão doravante, para o cerceamento do indígena, para a busca de novos caminhos e de novos fluxos comerciais (...) esforços todos que visavam romper os estrangulamentos internos e externos que obstam ao assumir-se da província.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar da questão aurífera em *Goyaz*, com enfoque dado à espacialização das vilas em comunhão com a especificidade histórica do território goiano, na *longue durée*, traz uma problemática densa e que vai além da historiografia tradicional. Ao encontrar determinadas barreiras históricas para analisar, de forma conjuntural, o quadro geohistórico do século XVIII, o pesquisador deve buscar abrangência bibliográfica interdisciplinar suficiente para que a questão possa ser discutida em diversos prismas de análise. A exposição dada ao longo do trabalho buscou essa diretriz científica, fazendo uso de uma base bibliográfica que desse a possibilidade de uma análise *geral*, mas ainda *capaz*, que pudesse desmistificar conceitos repassados historicamente e reforçando outros. A riqueza da história goiana e, principalmente, de sua proliferação urbana traz diversos escopos de análise e, devido às limitações dadas, aspectos mais centrais foram valorizados enquanto outros deverão ser trabalhados posteriormente. A questão da socioespacialidade goiana já foi aberta à discussão durante o século XIX, devendo ser continuada e reinterpretada segundo os objetivos de cada pesquisa.

O que mais pode vir a servir de herança científica consiste no valor histórico que a Capitania de *Goyaz* teve para a urbanização do Planalto Central brasileiro e para a formação da atual região Centro-Oeste, servindo como intermediadora entre o afastado oeste brasileiro, com centro em Cuiabá, e as áreas litorâneas coloniais, perpassando pelas Minas *Geraes*, consolidando-se enquanto rede. O Espaço se configurou através da extração aurífera e substanciais alterações administrativas foram dadas de acordo com as necessidades que foram surgindo. Um intenso movimento social se deu em direção à *hinterlândia* brasileira e o trabalho foi sendo aplicado a regiões inóspitas, tornando-as cada vez mais à feição do Brasil litorâneo, com ênfase na dissipação de tribos indígenas inteiras e através da força de trabalho escrava. O Espaço natural deu lugar a um tipo de simbiose entre o urbano não-planejado e o ambiente rural, modificando-se ao longo das circunstâncias específicas de cada área de povoamento. Interioriza-se ainda mais a ocupação brasileira, diferindo-se do Brasil imaginado em séculos anteriores e encontrando as tão desejadas riquezas naturais ocultas no território; "o Eldorado desejado" (COSTA; ANDRADE, 2012, p. 02). Por fim, toda articulação desenvolvida e a estrutura urbana montada se desfaz parcialmente devido à escassez aurífera, alterando-se

completamente todo ritmo até ali desenvolvido e havendo uma readaptação quase total em direção a novos horizontes. Desequilibra-se a relação urbano-rural e o Espaço segue a se moldar de acordo com o tipo e a quantidade de trabalho nele empregado.

Em muito deve se aprofundar a pesquisa da geohistória goiana, mas os traços gerais delineados trazem um norte para sua continuidade, reinterpretando a história de forma menos vertical e mais horizontal; menos parcial e mais total; menos episódica [*événementielle*] e mais conjuntural [*conjoncturale*] (BRAUDEL, 1970, p. 53) e através de uma ótica do *território* como valorização espacial (MORAES, 2000, p. 17). Sem isso, as barreiras historiográficas não poderão ser superadas e a história do território não se reinventará.

## 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIKO, A. K; ALMEIDA, M. A. P.; BARREIROS, M. A. F. *Urbanismo: história e desenvolvimento*. São Paulo: EPUSP, 1995.

ANDRADE, M. C. *A Questão do Território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 19-51.

ANJOS, R. S. A. *Áfricabrazil: atlas geográfico*. Brasília: Mapas Editora & Consultadoria, 2014.

BASCHET, J. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2011. p. 29-30.

BERTRAN, P. *Formação Econômica de Goiás*. Goiânia: Ed. Oriente, 1978. p. 22-48.

BERTRAN, P. *História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. p. 60-339

BOAVENTURA, D. *Urbanização em Goiás no Século XVIII*. 2007. 279 f. Tese (Doutorado em História e fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

BRAUDEL, F. *La historia y las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1970. 219 p.

CARDOSO, C. F. S. C. O Trabalho na Colônia. In: LINHARES, M. Y. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2000. p. 95-110.

COSTA, E. B. *A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial: o caso de Diamantina (MG)*. 2009. 297 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

COSTA, E. B.; ANDRADE, A. B. *Apontamentos de Geografia urbana histórica: Recôncavo Baiano e Zona Mineradora ao final do século XVIII*. III ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO. I ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA, 2012, 21 p.

COSTA, E. B.; SCARLATO, F. C. *As fases de (re)produção do patrimônio cultural brasileiro: interpretação e valoração da paisagem urbana da gênese colonial à mercantilização das cidades históricas no Brasil*. Olam: Ciência & Tecnologia (Rio Claro, Online), v. 9, p. 7-47, 2009

COSTA, M. F. De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico. *IEB*, São Paulo, n. 45, set. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34580/37318>>. Acesso em: 08 de outubro de 2014.

CURADO, R. *Todos os caminhos levam à Capela de Corumbá: formação do espaço urbano de um arraial aurífero*. In: CHAUL, N.; DUARTE, L. (Org.) *As cidades dos sonhos: desenvolvimento urbano em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 2004. p. 203-253.

DELANEY, D. *Territory: a short introduction*. Reino Unido: Blackwell Publishing, 2005. 165 p.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Benedito Calixto. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8777/Benedito-Calixto>>. Acesso em: 25 de setembro de 2014.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006. p. 35-135.

FERREIRA, A.; DANTAS, G.; SIMONINI, Y. Cartografia do (De)sertão do Brasil: notas sobre uma imagem em formação – séculos XIX e XX. *Scripta Nova*, Barcelona, vol. 16, n. 418 (69), nov. 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-69.htm>>. Acesso em: 08 de outubro de 2014.

FOCHLER-HAUKE, G. *Las relaciones entre geografía e historia*. In: FIGUEROA ALCOCER, Esperanza (Org). *Antología de geografía histórica moderna y contemporánea*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1974. 641 p.

FROTA NETO, A. *Urbanização no Brasil: (e alguns dos seus limites)*. Brasília: Senado Federal, 1978. (Coleção Machado de Assis ; v. 19) p. 15-40

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 351 p.

GALEANO, E. *As Veias Abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2011. 400p.

GALVÃO, M. A. Villa Boa de Goyaz. [Editorial]. *Arquitetismo: paisagem construída*, v.11, n.6, p. i, jan., 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitetismo/01.011-012/1397>>. Acesso em 18 de junho de 2014.

GEIGER, P. *Evolução da Rêde Urbana Brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963. p. 7-135.

GEORGE, P. *Os Métodos da Geografia*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1986, p. 19-112.

GOMES, M. *Estudos de História de Goiás*. Goiânia: Gráfica do Livro, 1974. 242 p.

GROSE, J. H. *A Voyage to the East Indies*. Londres: (editora desconhecida), 1772. p. 171.

GUERRA, F. *Pombal nos caminhos do Brasil*. Recife: Inojosa, 1981. 93 p.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 2013. 535 p.

INNOCENTINI, T. C. *Capitanias Hereditárias: herança colonial sobre desigualdade e instituições*. 2009. 57 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola de Economia de São Paulo, São Paulo. 2009.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Proposição de inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade. Sétima edição – 2012.

LACOSTE, Y. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1993. p. 1-100.

LEMES, F. L. Goiás na arquitetura geopolítica da América Portuguesa. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 19, n. 35, p. 185-209, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2013/12/v19n35a11.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2014.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 64-65.

MATTOS, J. F. *Os Caminhos de Goiás*. São Paulo: Editora Safady, 1980. p. 39-126.

MATTOS, E.; INNOCENTINNI, T.; BENELLI, Y. *Capitanias Hereditárias e Desenvolvimento Econômico: Herança Colonial sobre Desigualdade e Instituições*. Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE), v. 42, n. 3, 2012. p. 433-471.

Memória da Administração Pública Brasileira, Superintendência das Minas. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4713>>. Acesso em 25 de maio de 2014.

MORAES, A. C. R. *Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000. 431 p.

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. *Etc, espaço, tempo e crítica*, Rio de Janeiro, v.1, n°1(3), jun. 2007. Disponível em: <[http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007\\_1\\_3.pdf](http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_1_3.pdf)>. Acesso em: 23 de setembro de 2014.

OLIVEIRA, M. R. S. O urbanismo colonial brasileiro e a influência das cartas régias no processo de produção espacial. *Complexus*, São Paulo, v.1, n°1, p. 175-188, mar. 2010. Disponível em: <<http://engenhinfo.info/revista/ed01/dartigos/11-artigop175-188.pdf>>. Acesso em: 26 de novembro de 2014.

OLIVEIRA, V. C. *A Patria Brasileira*. Bélgica: Constant Gouweloos & Cia, 1903. 386 p.

OTREMBA, E. *La evolución del espacio comercial mundial desde el punto de vista histórico-geográfico*. In: FIGUEROA ALCOCER, Esperanza (Org). *Antología de geografía histórica moderna y contemporánea*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1974. 641 p.

PALACIN, L.; MORAES, M. A. S. *História de Goiás (1722-1972)*. 6. ed. Goiânia: Ed. Da UCG, 1994. p. 7-48

PHILO, C. História, geografia, e o "mistério ainda maior" da geografia histórica. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (Org.). *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. p. 269-298.

Portal do Turismo de Pirenópolis. Disponível em: <<http://www.pirenopolis.tur.br/multimidia/imagens/Antigas/Ruas%20e%20Paisagens>>. Acesso em 18 de junho de 2014.

QUINTELA, A. C. Os índios "goia", os fantasmas e nós. *UFG*, Goiânia, v. 8, n. 1, 47 p., jun. 2006. Disponível em: <[http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/junho2006/arquivo/indiosgoia.pdf](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2006/arquivo/indiosgoia.pdf)>. Acesso em: 09 de outubro de 2014.

REVISTA NETHISTÓRIA. Capitânias Hereditárias no mapa de Luís Teixeira, c. 1574. Disponível em: <[http://www.nethistoria.com.br/secao/desafio\\_nethistoria/1149/capitanias\\_hereditarias\\_no\\_mapa\\_de\\_luis\\_teixeira\\_c\\_1574/](http://www.nethistoria.com.br/secao/desafio_nethistoria/1149/capitanias_hereditarias_no_mapa_de_luis_teixeira_c_1574/)>. Acesso em: 01 de outubro de 2014.

RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 433 p.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo: Universidade de São Paulo: USP, 1975. p. 21-128

SALLES, G. F. V. *Economia e Escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992. 369 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e Sociedade no início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2011. 480 p.

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 75-86.

SCHÜRMANN, B. Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos. *Textos de História*, Brasília, v. 7, n°1/2, 1999. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11861/1/ARTIGO\\_UrbanizacaoColonialAmericaLatina.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11861/1/ARTIGO_UrbanizacaoColonialAmericaLatina.pdf)>. Acesso em: 26 de novembro de 2014.

SERRA, G. *O Espaço Natural e a Forma Urbana*. São Paulo: Nobel, 1987. p. 6-85.



SILVA, F. C. T. Conquista e Colonização da América Portuguesa: O Brasil Colônia – 1500/1750. In: LINHARES, M. Y. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2000. p. 33-94.

VERÍSSIMO, I. J. *Pombal, os Jesuítas e o Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961. p. 28-29.

*Webster's Universal College Dictionary*. New York: Gramercy Books, 1997.

## 8.1 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

COSTA, E. B.; SCARLATO, F. C. *Notas sobre a formação de uma rede urbana de um “tempo lento” no período da mineração no Brasil Colônia*. Acta Geográfica (UFRR), v. 3, p. 07-21, 2010.

RIBEIRO, G. Espaço e técnica como estruturas do cotidiano: capítulos Braudelianos da história do pensamento geográfico. *Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía*. Cidade do México, nº 74, pp. 58-73, 2011.

ROJAS, C. A. A. *Fernand Braudel e as Ciências Humanas*. Londrina: Eduel, 2013. p. 19-37.